

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG CÉSAR AUGUSTO DALLACOSTA NOGUEIRA

O BRASIL E OS PAÍSES DA COSTA OESTE AFRICANA E A
SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL:

A cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa e sua importância para a
Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro

2018

CMG CÉSAR AUGUSTO DALLACOSTA NOGUEIRA

O BRASIL E OS PAÍSES DA COSTA OESTE AFRICANA E A
SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL:

A cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa e sua importância para a
Marinha do Brasil.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como
requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) CLAUDIO ROGERIO
DE ANDRADE FLÔR

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

A meu pai Antônio, "in memoriam".

AGRADECIMENTOS

A minha mulher Fabiana, por desempenhar as tarefas de pai e mãe, durante este ano, possibilitando-me realizar esse trabalho e incentivando-me sempre ao longo desses anos.

Ao meu filho Matheus, constante fonte de inspiração, pela alegria e leveza que proporciona a minha vida e pela compreensão as minhas ausências para levar a termo essa empreitada.

Aos meus pais Antônio (*in memoriam*) e Livia, a quem devo tudo que sou hoje.

Ao meu grande orientador, CMG (RM1) CLAUDIO ROGERIO DE ANDRADE FLÔR, pelo incentivo e capacidade de liderança, fazendo com que eu pudesse levar a bom termo esse trabalho e me sentisse motivado do início ao fim.

Ao meu amigo e incentivador Ministro-Conselheiro Ricardo Leal, por sua inestimável colaboração para essa tese, com seu grande conhecimento das terras da “morabeza” caboverdianas.

À Escola de Guerra Naval, ao Centro de Estudos Político-Estratégicos e ao Instituto COPPEAD, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela excelência do Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2018.

Finalmente, à Marinha, minha vocação.

RESUMO

O sentido estratégico-político da cooperação militar-naval do Brasil, com os demais países que compõem o entorno estratégico atlântico, ganha sua razão de ser se, nesse espaço, for possível aumentar a segurança marítima e salvaguardar os interesses brasileiros. Assim, o objetivo dessa tese é o de analisar se a atuação da Marinha do Brasil em Cabo Verde é prioritária e está convergente com os interesses da política externa brasileira nesse espaço estratégico, bem como fundamentar como essa presença pode, no futuro, incrementar o controle marítimo, pelo Brasil, no Atlântico Sul. Para tanto, é verificada como a posição estratégica de Cabo Verde, aliada as ligações históricas e culturais existentes, em relação ao Brasil, foram fundamentais para a segurança no Atlântico Sul, no desenrolar dos grandes conflitos mundiais, facilitando a projeção do poder naval brasileiro naquela ocasião. Adicionalmente, o trabalho analisa a relação Brasil-Cabo Verde, a partir da independência do Arquipélago, e como essa interação culminou com a abertura de uma Missão Naval e uma Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica. De posse desses elementos, é feito um levantamento sobre a presença exógena de potências norte-atlânticas e da crescente atuação chinesa em Cabo Verde e na costa ocidental africana. Também contempla os ilícitos que ocorrem na região, como os do Golfo da Guiné, e como essas interações, no futuro, podem afetar os interesses brasileiros na Amazônia Azul e no Atlântico Sul, de fundamental importância estratégica para o Brasil. Por fim, à luz de pensadores estrategistas atuais, busca-se apresentar propostas para enrijecer a cooperação militar-naval entre os dois países de vocação marítima, com base no papel do poder naval em apoio à política externa, almejando uma maior projeção brasileira no continente africano, robustecendo o poder brando e incrementando, dessa forma, a segurança marítima no Atlântico Sul. Espera-se que este trabalho contribua com o interesse de pesquisadores sobre os temas de Geopolítica do Brasil, Relações Internacionais, Atlântico Sul, África e Diplomacia Naval.

Palavras-chave: Atlântico Sul, África Ocidental, Diplomacia Naval, Brasil, Cabo Verde, Marinha do Brasil, Poder Naval e Política Externa.

ABSTRACT

The strategic-political sense of military-naval cooperation in Brazil, with the other countries that make up the Atlantic strategic neighborhood, gains its reason to be if, in this space, it is possible to increase maritime security and safeguard Brazilian interests. Thus, the objective of this thesis is to analyze whether the activity of the Brazilian Navy in Cape Verde is a priority and is converging with the interests of Brazilian foreign policy in this strategic space, as well as to substantiate how this presence can, in the future, increase maritime control, by Brazil, in the South Atlantic. For this, it is verified as the strategic position of Cape Verde, allied with the existing historical and cultural links in relation to Brazil, were fundamental for security in the South Atlantic, in the unfolding of the major world conflicts, facilitating the projection of the Brazilian sea power at that time. Additionally, the work analyses the Brazil-Cape Verde relationship from the independence of the archipelago and how this interaction culminated with the opening of a Naval Mission and a Brazilian Attaché of Defense, Naval, Army and Air Force. In possession of these elements, a survey is made on the exogenous presence of North Atlantic Nations and the growing Chinese performance in Cape Verde and the West African coast. It also contemplates the illicit ones occurring in the region, such as those in the Gulf of Guinea, and how these interactions in the future can affect Brazilian interests in blue Amazon and the South Atlantic, of fundamental strategic importance for Brazil. Finally, the light of current strategists' thinkers, seeks to present proposals to strengthen military-naval cooperation between the two countries of maritime vocation, based on the role of sea power in support of foreign policy, aiming for greater projection in the African continent, strengthening the soft power and thus increasing maritime security in the South Atlantic. This work is expected to contribute to the interest of researchers on the topics of Geopolitics of Brazil, International Relations, South Atlantic, Africa and Naval Diplomacy.

Keywords: South Atlantic, West Africa, Naval Diplomacy, Brazil, Cape Verde, Brazilian Navy, Sea Power and Foreign Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Posição geográfica de Cabo Verde.....	18
Figura 2 –	Ponto de abastecimento central para as rotas do Atlântico Sul.....	28
Figura 3 –	Jornal “Estado de São Paulo” do dia 05 de julho de 1975.....	45
Figura 4 –	Poder Naval, Diplomacia e Poder de Polícia.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNBCV –	Acordo de Cooperação Naval Brasil-Cabo Verde
AFRICOM –	Comando dos Estados Unidos para a África
AJB –	Águas Jurisdicionais Brasileiras
CAMAS –	Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul
CEDEAO –	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEMA –	Chefe do Estado Maior da Armada
CIAA –	Centro de Instrução Almirante Alexandrino
CIABA –	Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAGA –	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CIAMA –	Centro de Instrução e Adestramento Almirante Àttila Monteiro Aché
CIC –	Centre Interregional de Coordination
CM –	Comandante da Marinha do Brasil
CNUDM –	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COMCONTRAM –	Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo
COSMAR –	Centro de Operações de Segurança Marítima de Cabo Verde
CPLP –	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU –	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DNOG –	Divisão Naval em Operações de Guerra
EMA –	Estado Maior da Armada
EGN –	Escola de Guerra Naval
EN –	Escola Naval
END –	Estratégia Nacional de Defesa

ESG –	Escola Superior de Guerra
EUA –	Estados Unidos da América
FAB –	Força Aérea Brasileira
FFAA –	Forças Armadas do Brasil
FFAACV –	Forças Armadas de Cabo Verde
GCCV –	Guarda Costeira de Cabo Verde
GCM –	Gabinete do Comandante da Marinha
LBDN –	Livro Branco da Defesa Nacional
LCM –	Linhas de Comunicações Marítimas
LEPLAC –	Levantamento da Plataforma Continental
MB –	Marinha do Brasil
MCA –	<i>Millenium Challenge Account</i>
MD –	Ministério da Defesa do Brasil
MDCV –	Ministério da Defesa de Cabo Verde
MIREX –	Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
MT –	Mar Territorial
NMNBCV –	Núcleo da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC –	Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde
PALOP –	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC –	Plataforma Continental
PIDE –	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PND –	Política Nacional de Defesa

SAR –	Busca e Salvamento
UE –	União Europeia
UNI-CV –	Universidade de Cabo Verde
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZC –	Zona Contígua
ZEE –	Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS –	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CABO VERDE, SUA POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA, SUA HISTÓRIA PRÉ-INDEPENDÊNCIA RELACIONADA AO BRASIL E FATOS PASSADOS RELEVANTES EM APOIO A MB.....	16
2.1	Introdução geográfica e considerações iniciais	16
2.2	Breve história pré-independência de Cabo Verde e seu contexto atlântico relacionado ao Brasil.....	18
2.2.1	Descobrimto, Ciclo das Navegações Portuguesas e Colonização.....	18
2.2.2	Brasil independente e seu relacionamento com África.....	22
2.2.3	Cabo Verde e o ocaso da escravidão.....	24
2.3	As Guerras Mundiais e o apoio estratégico ao Brasil.....	26
2.3.1	Cabo Verde e o relacionamento com o Brasil na Primeira Guerra Mundial.....	27
2.3.2	Importância geoestratégica de Cabo Verde na Segunda Guerra Mundial.....	31
2.4	Considerações parciais.....	34
3	RELACIONAMENTO BRASIL-CABO VERDE PÓS INDEPENDÊNCIA DO ARQUIPÉLAGO E A COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES NO CAMPO DA DEFESA.....	36
3.1	Conjuntura da independência do Arquipélago.....	36
3.1.1	A Guerra Fria.....	37
3.1.2	Independência da África Portuguesa.....	38
3.1.3	Independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.....	39
3.2	O “despertar” da África.....	40
3.2.1	O projeto de potência do Brasil e a fronteira atlântica.....	40
3.3	O relacionamento com Cabo Verde e o contexto favorável a cooperação militar..	42
3.3.1	Eventos relevantes que fomentaram o relacionamento.....	44
3.4	A cooperação na área de defesa.....	47
3.4.1	Primeiros passos da cooperação militar.....	47
3.4.2	A Missão Naval, a Adidância e o novo Acordo de Cooperação.....	48
3.5	Considerações parciais.....	53
4	CABO VERDE E SUA RELAÇÃO COM OS PAÍSES NORTE ATLÂNTICOS, COM A CHINA E COM OS DEMAIS PAÍSES DA ÁFRICA.....	56
4.1	Cabo Verde e sua política externa.....	56
4.2	Cabo Verde e a União Européia.....	59
4.3	Cabo Verde e a China.....	62
4.4	Cabo Verde e a CEDEAO.....	64
4.5	Cabo Verde e o AFRICOM.....	65
4.6	Considerações parciais.....	67

5	BRASIL, CABO VERDE E O ENTORNO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO	69
5.1	Poder Marítimo no Atlântico Sul.....	69
5.2	Cooperação Sul-Atlântica no Plano Multilateral.....	72
5.3	Poder Naval e Diplomacia.....	74
5.4	Brasil, Cabo Verde e o Atlântico Sul.....	76
5.5	Considerações parciais.....	78
6	CONCLUSÃO	79
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A – Entrevista com Ministro Conselheiro Ricardo Leal.....	88
	ANEXO A – Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar de 1994.....	92
	ANEXO B – Acordo Quadro Bilateral de Cooperação em Matéria de Defesa de 2016....	95

1 INTRODUÇÃO

O sentido estratégico e político da cooperação Brasil – Cabo Verde no campo da defesa aparece quando consideramos a importância marítima do Atlântico Sul, prioritário para o Brasil. Nesse espaço, predominantemente oceânico, o poder naval exerce importante papel em apoio à política externa do País. Evidenciar as condicionantes da defesa nesse espaço, bem como sua interação com Cabo Verde e Brasil, exige considerar estratégias e interesses extrarregionais sobretudo de países protagonistas norte-atlânticos e, também, chineses.

Do ponto de vista brasileiro, e considerando a importância geoestratégica do arquipélago de Cabo Verde, incrustado em ponto nevrálgico do oceano Atlântico intitulado como “Atlântico Médio”, mas pertencente ao Atlântico Sul, conforme contextualizado por vários autores, Cabo Verde se reveste de primordial e oportuna relevância para um país que tem 95% e 80% do seu comércio, em termos de volume e divisas, respectivamente, por via marítima, como o Brasil.

Nesse contexto, esta tese tem como propósito analisar se a atuação da Marinha do Brasil em Cabo Verde é necessária e convergente com os interesses brasileiros no campo de defesa, incrementando, no futuro, nossa segurança marítima no Atlântico Sul. Desse modo poderíamos questionar qual a importância para a Marinha do Brasil estar presente em Cabo Verde, dentro da cooperação entre os dois países no campo da defesa e como esta presença vai incrementar a segurança marítima no Atlântico Sul.

Para tal, será necessário ambientar historicamente Cabo Verde e Brasil, a relação no campo de defesa com este país, além de fazer uma breve análise geoestratégica do Atlântico Sul, considerando o entorno estratégico brasileiro, com fulcro na Política Nacional de Defesa, que enfatiza a importância da costa ocidental africana, de forma a identificar os interesses e possíveis ameaças à segurança do Brasil.

Seguindo esse caminho, o trabalho se desenvolverá em quatro partes, conforme descreveremos a seguir:

De caráter introdutório, a primeira parte que é contemplada pelo segundo capítulo, analisará a história do Arquipélago, sua posição geoestratégica importante no atlântico, na rota marítima Natal-Dakar, sua relação com o Brasil anterior a independência caboverdiana e os fatos históricos relevantes, no campo de defesa, em apoio a Marinha do Brasil (MB).

A segunda parte, composta pelo terceiro capítulo, passa a considerar o relacionamento Brasil – Cabo Verde a partir da independência do Arquipélago, em 1975, recordando a afinidade cultural existente e sua tradução política, culminando com a área de defesa e o impulso que ganhou a cooperação militar a partir de 2012. Discrimina a estratégia na qual o Ministério da Defesa (MD) participa mais ativamente das iniciativas no Atlântico Sul, alinhado com a política externa brasileira, que prioriza nosso entorno estratégico, e ressalta a participação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A terceira parte, que constituirá do quarto capítulo, examinará o envolvimento de Cabo Verde com países norte-atlânticos, ressaltando sua vulnerabilidade estrutural e a forte dependência da Europa. Abordará também sua relação com os países da África, por meio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a presença chinesa na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) caboverdiana, externando a preocupante proximidade com as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e, por conseguinte, os interesses do Brasil.

E a quarta e última parte, composta pelo quinto capítulo, é a mais relevante do trabalho, pois abordará a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cuja região se confunde com o entorno estratégico brasileiro, destacando a presença brasileira e cabo-verdiana e os países que a compõem, abordando o contexto atual de segurança do Atlântico Sul e os problemas que já se alinhavam e podem interferir na soberania do Brasil, como os do Golfo da Guiné e a rota do tráfego de drogas provenientes da América do Sul.

Nesse viés, faremos uma avaliação do sentido e importância da presença da MB em Cabo Verde, sob o guarda-chuva do acordo-quadro de cooperação em matéria de defesa entre os dois países, e as tendências vantajosas que podem advir dessa parceria, para a segurança do Atlântico Sul onde, num futuro próximo, podemos ver aumentado o risco de situações conflituosas. Também analisaremos a interação com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) presentes no local e como isto poderia ser uma alternativa complementar a ZOPACAS. Neste ponto será importante considerarmos a atuação esperada do Brasil à luz de pensadores como Alfred Mahan (1840-1914), teórico reconhecido da estratégia marítima e naval, que fundamentarão a questão geoestratégica, demonstrando a importância do Atlântico Sul para o desenvolvimento do Brasil, e Geoffrey Till, na vertente da segurança marítima, aqui empregada como *maritime security*, para fundamentar o entorno estratégico brasileiro e a ocorrência de ações criminosas nas AJB.

Por fim, concluiremos nosso trabalho externando algumas possibilidades de ações para intensificar essa cooperação, da maneira a incrementar a segurança do Atlântico Sul e reafirmar o envolvimento Brasil – Cabo Verde, que estão interligados culturalmente e possuem a mesma vocação marítima geoestratégica.

2 CABO VERDE, SUA POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA, SUA HISTÓRIA PRÉ-INDEPENDÊNCIA RELACIONADA AO BRASIL E FATOS PASSADOS RELEVANTES EM APOIO A MB

Para entendermos a importância do papel de Cabo Verde para o Atlântico Sul e para o entorno estratégico brasileiro, se faz necessário contextualizar este país, mostrando sua posição geográfica privilegiada e os laços históricos que unem esses dois países desde o período da colonização portuguesa. Neste capítulo buscaremos mostrar um pouco da geografia e da história deste Arquipélago, a relevância estratégica caboverdiana no Atlântico e como ela, já no passado, contribuía para eventos importantes da MB e do Brasil.

2.1 INTRODUÇÃO GEOGRÁFICA E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Situado na zona tropical do Atlântico, acima do Equador, o Estado-arquipélago de Cabo Verde situa-se a cerca de 500 quilômetros do promontório africano que lhe dá origem ao nome. São dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, entre as latitudes 14° 23' N e 17° 12' N, e as longitudes de 22° 40' W e 25° 22' W, com uma superfície emersa de terras de 4033 Km². Sua maior ilha é Santiago com 991 km², e a menor, o ilhéu de Santa Luzia com 35 Km². São distribuídas em dois grupos, sendo as ilhas no norte denominadas Ilhas de Barlavento e as do Sul, chamadas Ilhas de Sotavento. Apesar de sua área de terras diminuta, Cabo Verde possui uma ZEE marítima acima de 600.000 Km², constituindo num grande desafio em termos de controle e exploração que demandarão esforço dessa pequena república de cerca de 550 mil habitantes, com metade concentrados na Ilha de Santiago.

Em sua posição geográfica, Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa do

Sahel, com características climáticas de aridez e semi-aridez, com baixos índices de pluviosidade, fazendo com que as secas sejam constantes, constituindo também num dos grandes problemas a ser suplantado pela população que sofre quando as safras agrícolas são impactadas por este infortúnio.

Neste ponto é importante salientar que utilizaremos neste trabalho a expressão Atlântico Sul como a área de interesse marítima do nosso entorno estratégico, que está contemplada no Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), que são as áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil representadas pelas AJB, as quais incluem o Mar Territorial (MT), a Zona Contígua (ZC), a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC), bem como a região compreendida entre o paralelo 16° N, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores (BRASIL, 2016, p.33). Dessa forma, abrangendo parte acima da linha do Equador, que engloba o Golfo da Guiné e que abrange o arquipélago de Cabo Verde.

Essa definição de Atlântico Sul também encontra amparo em Therezinha de Castro, que o define como o espaço marítimo entre três frentes continentais, que são América, África e Antártica e três corredores, que são o norte, na linha de estrangulamento Natal-Dakar, e dois ao sul, nas linhas entre a Antártica e as frentes continentais americana e africana (CASTRO *apud* LEAL, 2018, p.2). Também é o conceito adotado pela Marinha do Brasil (MB), de acordo com palestra proferida pelo Almirante Wiemer, então Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA), em 2012, por ocasião da aula inaugural ministrada ao Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval (EGN) (WIEMER, 2012, p.194).

A FIG. 1 mostra a posição geográfica de Cabo Verde, bem como o corredor norte da linha de estrangulamento Natal-Dakar, que liga o nordeste brasileiro a costa ocidental da África, chamada de “Garganta Atlântica”, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial e que será abordado mais adiante, como área estratégica relevante e de

O Arquipélago foi descoberto durante o ciclo das navegações portuguesas em 1460 e doado ao infante Dom Fernando em 19 de setembro de 1462. As ilhas estavam desertas. As condições climáticas e a distância do Reino de Portugal dificultaram a sua colonização inicial. Com isso, e de maneira a incentivar e atrair colonizadores, foi expedida uma Carta Régia, em 1466, concedendo vários benefícios. Esses privilégios foram reduzidos em 1472, mas já haviam surtido o efeito desejado de incitar a colonização. Isso ganhou vulto nas novas experiências culturais entre portugueses e africanos tomados como escravos no continente, formando uma população de mestiços, de tal forma que um alvará de 1620 ordenava que as mulheres que seriam degredadas para o Brasil o fossem para Cabo Verde a fim de tentar extinguir a raça de mulatos. No século XVIII já eram cerca de 26 mil habitantes, a maioria pretos e pardos, alguns proprietários de poucos bens e muitos escravos (AMARAL, 1991, p. 10-11).

Temos assim um espaço geográfico definido, cercado de águas por todos os lados, encontrado sem habitantes, que nele foram introduzidos os europeus e os africanos que permutaram entre si criando novos padrões culturais. Ao longo desse processo essas permutas sociais aliadas aos diferentes aspectos da vida diária, das crenças, da estrutura social, das formas musicais correntes e dos usos linguísticos, criou a “sociedade crioula”, consumando a transmissão cultural entre europeus e africanos, vencendo o desafio da sobrevivência local, num local assolado por crises climáticas e anos sem chuva, que limitou a expansão agrícola (AMARAL, 1991, p. 11).

Primeiro porto comercial de importância foi de o Ribeira Grande, na ilha de Santiago que, em 1512, por sua posição estratégica, era parada obrigatória para os navios portugueses que demandavam o Brasil e a Guiné (BALENO, 1991, p. 133-134).

Como em todas as economias que começam a crescer, chamam a atenção de novos

atores que utilizam a força militar como uma estratégia comercial. São os ingleses e franceses que semeiam terror e pânico entre os armadores de Santiago, ao assaltar os barcos nos portos da Praia e da Ribeira Grande, fazendo deprimir as expectativas. Também aqui as expectativas comandam o comportamento da economia. Ora, se as probabilidades de um armador perder a sua carga, seu navio e sua tripulação forem altas, ele dificilmente se animará a fazer novas viagens, pois o risco é inerente ao cálculo econômico (SILVA, 1995, p. 9-10). Por isso dizemos que a guerra visa a arruinar economicamente os concorrentes, sendo ela a continuação do comércio por outros meios¹. Aqui a força militar de outros atores é utilizada estrategicamente como um recurso de conquistas de mercados externos, buscando eliminar a concorrência (SILVA, 1995, p. 10).

Tanto os ingleses quanto os franceses dirigem seus atos hostis contra as armações portuguesas na Guiné e em Cabo Verde sem objetivo de ocupação territorial e sim buscando a neutralização do Arquipélago como base de penetração comercial. Praticam assaltos aos portos e por vezes ao interior da Ilha de Santiago, como fizera o famoso corsário Francis Drake (1540-1596), vice almirante do Reino da Inglaterra, em 1585, ao porto da Ribeira Grande. Com isto a economia, baseada no comércio de escravos, se ressentia, encarecendo o produto e aumentando os gastos com a defesa, constituindo assim o início de uma asfixia econômica (SILVA, 1995, p. 11).

É curioso analisar que o espaço comercial africano, que sempre foi reivindicado por Portugal como área de seu domínio político, não estava ligado a coroa portuguesa por nenhum laço real e efetivo que demonstrassem essa dependência. Tanto era dessa maneira que muitos reis guineenses aceitavam comerciar com os outros parceiros do norte. Por meio dessa brecha, criada pelo descompasso entre o político e o econômico que os ingleses, franceses e mais tarde os holandeses entram nos espaços de comércio do tráfego de escravos da Guiné que era

¹ Fazemos aqui uma inflexão a celebre frase do estrategista prussiano Carl Von Clausewitz (1790-1831), segundo a qual “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

controlado pelos portugueses a partir de Cabo Verde (SILVA, 1995, p. 11).

Enquanto no Brasil a concorrência francesa precipitou a efetivação da soberania portuguesa, na Guiné esse processo não era sequer possível, fazendo os poderes africanos permanecerem independentes. Esse fato conferirá um papel importante na configuração geopolítica do Oceano Atlântico, pois os outros Estados europeus constatarem essa realidade e buscam desenvolver uma dinâmica diplomática junto as unidades políticas africanas, visando angariar o estatuto de parceiro privilegiado. Essa diplomacia que se soma ao poder das armas gerará novos equilíbrios atlânticos. A diplomacia é, também aqui, a continuação do comércio por outros meios (SILVA, 1995, p. 10-11).

Cabo Verde fica numa posição geoestratégica privilegiada que os estrategos luso-espanhóis chamam de “garganta atlântica”, vital para o domínio do Atlântico austral. Era, naquela época, e podemos dizer que ainda é, uma das chaves de controle do espaço atlântico, pois os novos atores encontram aqui um ponto de apoio. Os portugueses têm a consciência de que a defesa do exclusivo não podia ser unicamente militar, pois os confrontos intereuropeus no Atlântico tem relevância bem acima dos problemas locais. Eles têm consequências que impactam no próprio espaço europeu que os havia criado. Se num primeiro momento os conflitos do continente europeu se desenham no Atlântico, após é a atividade atlântica que se vai europeizar (SILVA, 1995, p. 12-13).

Se a pirataria e o corso francês fizeram abalar a aliança diplomática entre Portugal e Espanha, as investidas inglesas tiveram efeito oposto. Numerosos navios partiam de Portsmouth e Plymouth demandando Cabo Verde para tomar os negros deste entreposto e trocá-los por ouro, prata, pérolas e outras mercadorias nas Índias. Dessa forma, os ingleses vão explorar as interdependências criadas pelos ibéricos nos dois lados do Atlântico. Por isso conseguem lucros extraordinários, difíceis de obter se tivessem que fixar os circuitos de trocas que os beneficiava. Isto faz com que as virtualidades de uma aliança diplomática luso-

espanhola sejam fortalecidas. Desta feita os conflitos atlânticos do século XVI constituem uma fonte de ordenamento do campo diplomático europeu. Assim vemos que os interesses atlânticos contribuíram para criar campos de aliança política internacional (SILVA, 1995, p. 14).

De um Oceano Atlântico repartido entre exclusivas potências marinhas ibéricas, pacífico e economicamente complementar, caminhamos, a partir do século XVII, para um oceano retalhado entre áreas de influência, instável e repleto de conflitos.

Para Portugal no século XVII, a importância da complementaridade geoestratégica de estar presente e se fazer presente nos dois lados do Atlântico, por meio de suas colônias, com Brasil de um lado e Angola e ilhas importantes do outro, como Cabo Verde, mostrava o porquê do sucesso na guerra luso-holandesa, quando as expedições de Francisco Souto-Maior e Salvador Correia de Sá e Benevides, que partiram do Rio de Janeiro para combater os holandeses em Angola e São Tomé e Príncipe, que haviam se instalado desde 1641. O sucesso da empreitada contra este invasor feroz, que promoveu hostilidades durante mais de trinta anos, mostrou que a posição geoestratégica privilegiada do Brasil, no Atlântico Sul, em relação à Costa Ocidental da África, conferia uma capacidade única de Portugal projetar poder sobre aquele continente, da mesma forma que o controle de ilhas atlânticas, como a de Cabo Verde, permitia aos portugueses uma defesa eficaz da colônia brasileira (MELLO DE ALMEIDA, 2012, p.19, 30-31).

2.2.2 Brasil independente e seu relacionamento com África

A característica preponderante das relações entre o Brasil-colônia e o continente africano era, sem dúvida, o tráfico de escravos. Até a primeira metade do século XIX, essa atividade permitiu um intenso intercâmbio dos dois lados do Atlântico, envolvendo relações

comerciais e deslocamento populacional de monta (PENNA FILHO; LESSA *apud* MELLO DE ALMEIDA, 2012, p.23). Esse comércio, em que Cabo Verde, como entreposto escravagista, tinha papel decisivo, foi imprescindível para a economia brasileira da época e influenciou profundamente nossa demografia, cultura e vida social (MELLO DE ALMEIDA, 2012, p. 23).

Com o advento da independência do Brasil, em 1822, nasce um primeiro período de política externa brasileira voltada para África, mas que, por imposições externas, principalmente por parte da Inglaterra, promove um primeiro distanciamento. É fato que em Cabo Verde e Angola se observou movimentos políticos com o propósito de se desligar da metrópole portuguesa, para aderirem ao nascente império brasileiro (PANTOJA *apud* MELLO DE ALMEIDA, 2012, p.23).

Mas o quadro no Atlântico Sul estava mudando. Se não era conveniente a Portugal perder suas colônias africanas, interessava menos ainda a hegemônica Inglaterra um novo império com possessões em ambas margens daquele oceano. Desse modo, estas duas potências exercem forte pressão sobre o Brasil, exigindo a renúncia brasileira a qualquer pretensão de anexação de territórios na África e condicionando o reconhecimento da independência brasileira a esse compromisso. Intermediado pela Inglaterra, o Tratado de Paz e Aliança de 1825, assinado no Rio de Janeiro, entre Brasil e Portugal, embute a seguinte cláusula: “Sua Majestade Imperial promete não aceitar preposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil” (CASTRO *et al apud* MELLO DE ALMEIDA, 2012, p.24). Assim iniciou-se um natural afastamento político em relação a África, que foi agravado com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico de escravos no Brasil (MELLO DE ALMEIDA, 2012, p. 24).

O término do tráfico faz iniciar um segundo período da política brasileira com a África, que agravará o distanciamento imposto após a independência do Brasil, o qual irá

perdurar até meados do século XX. Esse afastamento gradual se tornará em uma quase ruptura. Com as questões de fronteira e os conflitos na Bacia do Prata, que perduram até os anos 1870, a política externa brasileira ganha novas prioridades, voltando-se para o continente em detrimento do Atlântico. Aliado a isso, as práticas neocolonialistas das potências europeias resultam num verdadeiro “fechamento do continente africano”, situação que se estenderá até o final de Segunda Guerra Mundial (MELLO DE ALMEIDA, 2012, p.24).

Vale ressaltar que o afastamento do Brasil para com o continente africano não foi somente uma decorrência dos interesses colonialistas europeus na África ou da crise escravagista na América. Foi também uma atitude deliberada por parte da diplomacia brasileira que quis fomentar um “esquecimento” daquele continente, pois buscava construir uma nação estruturada a partir da herança cultural europeia, predominantemente branca. Desse modo, as elites brasileiras conceberam uma matriz ideológica que considerava sem significado a continuidade das relações econômicas e políticas com África e com a escravidão² (SARAIVA *apud* PENHA, 2011, p. 61).

2.2.3 Cabo Verde e o ocaso da escravidão

Como mencionado anteriormente, a posição estratégica do Arquipélago foi, desde cedo, fator que potencializou o desenvolvimento econômico de Cabo Verde, integrando-o plenamente no significativo “mercado atlântico”. Nessa conjuntura, coube a ele o papel de entreposto do comércio escravagista. Podemos dizer que o período compreendido entre seu descobrimento, com conseqüente povoamento, até meados do século XVII, constituiu um ciclo de vida que foi designado como ciclo do tráfico. Com efeito, toda a vida econômica e

² A abolição da escravatura no Brasil aconteceu numa conjuntura de propagação das teorias racistas na Europa, que serviu para defender, em parte, a colonização do continente africano. Essas teorias, no Brasil, exercem uma grande influência nos debates sobre a identidade nacional, na qual a força da cultura africana será pouco valorizada, decretando a inferioridade dos descendentes africanos. Assim, a identificação da sociedade brasileira faz-se de forma preferencial com valores europeus em prejuízo da contribuição africana (PENHA, 2011, p.61).

social foi condicionada pelo comércio de escravos. O erário público era suportado principalmente pelos direitos alfandegários cobrados sobre os escravos provenientes da Guiné, que eram triados em Cabo Verde e que posteriormente iam para o Brasil (BALENO, 2002, p. 160-161).

A quebra desse ciclo ocorreu antes da abolição definitiva da escravidão, no século XIX, devido à concorrência estrangeira de países europeus, com a conseqüente perda da hegemonia portuguesa na costa da Guiné, fazendo com que a obtenção de escravos, quer para consumo interno, quer para exportação, ficasse cada vez mais difícil. A partir do século XVII, o comércio atlântico passa a ser uma atividade onde o poder militar naval tem uma influência decisiva, sobrepujando as pretensões locais de exclusivo, pois são necessários meios navais para se impor frente aos rivais (BALENO, 2002, p.161).

Com o interesse de muitas potências europeias em estabelecer áreas de influência no Atlântico, o comércio nesta região se transforma numa operação militar, onde impera a lei do mais forte. Desse modo, a marinha mercante requer a presença de navios de guerra, responsáveis na escolta em áreas de risco. É com esta conjuntura que os moradores de Cabo Verde passam a se defrontar (BALENO, 2002, p. 162).

Neste cenário, os agentes econômicos de Cabo Verde não tinham condições de continuar a operar e usufruir os lucros que o tráfico proporcionava. Apesar de manejarem uma mercadoria procurada, da proximidade com a Guiné e costa africana e de conhecerem como ninguém a região, não dispunham de recursos suficientes para investirem na aquisição de embarcações, equipamentos e armamentos necessários que lhes permitissem manter, com segurança e continuidade o tráfico de escravos. Aliás, não por acaso que o comércio marítimo passou a ser explorado e monopolizado por grandes empresas marítimas, com capitais necessários capazes de satisfazer todos esses requisitos (BALENO, 2002, p. 162).

Com todas as vicissitudes apontadas, Cabo Verde foi, pouco a pouco, reduzindo a atividade escravagista, deixando de ser um entreposto do comércio de escravos. Não obstante a isso, os mares e os portos do Arquipélago acabam por se transformar num espaço internacional, com a presença constante de navios ingleses, franceses, holandeses e espanhóis que encontram um importante ponto de passagem para a navegação que cruza o Atlântico em direção às Índias Ocidentais, a Costa da África e a Ásia. A necessidade de abastecimento, principalmente de aguada e viveres, impõe uma parada que não é apenas técnica, pois existem motivações comerciais e consequências políticas (BALENO, 2002, p. 166, 203).

Dessa maneira, Cabo Verde, ao longo do século XIX, foi estruturado pelas administrações coloniais portuguesas para prestar uma gama de serviços ligados a atividades marítimas, nos seus principais portos, que eram e são até hoje, o da cidade da Praia, na Ilha de Santiago e o Porto Grande, da cidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente. Esses serviços incluíam a parte logística, bancária, comercial e de reparos de pequena monta, que muito interessava a hegemônica Inglaterra. Dessa forma, com o advento dos navios a vapor, alicerçado pela Revolução Industrial, o Arquipélago propiciava aos ingleses sua projeção e domínio do Atlântico Sul (LEAL, 2018, p. 5).

Tudo isso contribuiu para que o Reino Unido atuasse como uma talassocracia no Atlântico e intensificasse medidas repressivas navais, como o apresamento de navios mercantes brasileiros envolvidos no tráfico de escravos, culminando com o evento conflituoso da Questão Christie (1862-1865), fechando os caminhos atlânticos do Brasil, em definitivo, com os países africanos, como já mencionado. Assim, somente em meados do século XX o Brasil teria condições de prestar melhor atenção ao seu entorno estratégico e buscar uma nova aproximação com a África (LEAL, 2018, p. 15-16).

2.3 AS GUERRAS MUNDIAIS E O APOIO ESTRATÉGICO AO BRASIL

Neste ponto, veremos como Cabo Verde, pertencente a Portugal, nos apoiou no decorrer dos conflitos mais importantes da nossa humanidade que foram as Grandes Guerras Mundiais. Mais uma vez, verificamos aqui a importante posição estratégica do Arquipélago, “Gargalo do Atlântico”, e como isso foi fundamental para o esforço e domínio aliado do Atlântico Sul. As Grandes Guerras Mundiais fizeram reemergir Cabo Verde e, conseqüentemente, a África para o Brasil, separados pela imposição europeia, sobretudo inglesa, por ocasião da Independência brasileira.

2.3.1 Cabo Verde e o relacionamento com o Brasil na Primeira Guerra Mundial

Por ocasião da Primeira Grande Guerra, a maioria dos navios comerciais que cruzavam os oceanos eram movidos a vapor, utilizando carvão como combustível. O Porto Grande, na cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, era um dos principais depósitos de hulha negra no Atlântico Sul (LOPES, 2016).

Outro elemento que estabelecia Cabo Verde como um ponto estratégico no Atlântico Sul era a amarração de cabos submarinos, no total de nove, que interligavam à localidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente, constituindo-se um nó, que era a base das comunicações intercontinentais do Hemisfério Sul, tanto pela existência dos depósitos de carvão, como pela localização da estação telegráfica. Ambas facilidades pertenciam as firmas britânicas que aí tinham se estabelecido antes da implantação da República. Pela vantagem estratégica que isto propiciava aos Aliados, Cabo Verde era considerado um alvo em potencial por parte da Alemanha (LOPES, 2016).

A FIG. 2 mostra a localização do Porto Grande de São Vicente e como ela favorecia a escala para o reabastecimento de combustível, água e mantimentos frescos, para as rotas

vindas do Oriente via África do Sul, e da América do Sul, como do Brasil e Argentina, pois a utilização do porto de Casa Blanca, no Marrocos ou de Dakar, no Senegal, significava mais dezoito horas de navegação, acrescentando ainda as piores condições de navegabilidade desses portos (ALMEIDA, 1938, p. 92).

Uma segunda vantagem do porto de São Vicente era o fato de se centralizarem em Cabo Verde as comunicações telegráficas e postais internacionais, que ligavam os países do sul com os do norte. A rota Cabo Verde-Lisboa tinha ainda um ponto de apoio logístico, se necessário, na Ilha da Madeira (ALMEIDA, 1938, p. 92-93).

Se por um lado o Porto Grande do Mindelo apresentava condições excepcionais de navegabilidade e de ancoradouro em tempo de paz, com o advento da Grande Guerra o porto começou a entrar em decadência devido à falta de proteção e de defesa passiva (redes, minas e paredões), que o tornavam num alvo fácil aos ataques dos submarinos alemães, fazendo com que os navios de passageiros ou de carga provenientes da América do Sul preferissem Dakar ou as Canárias (ALMEIDA, 1938, p. 107).

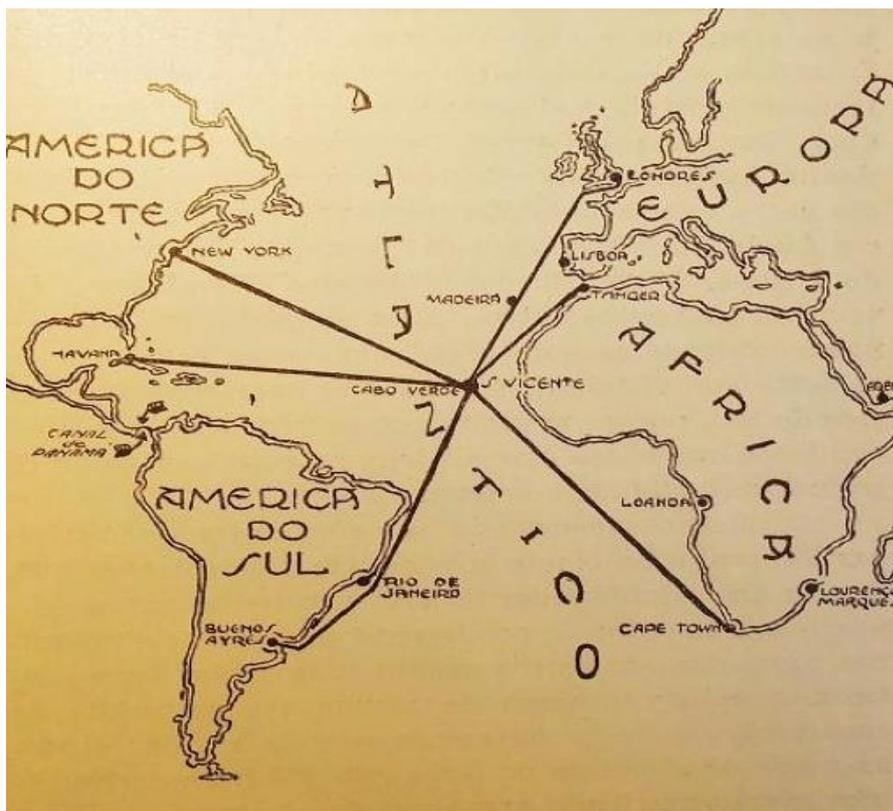


FIGURA 2- Ponto de abastecimento central para as rotas do Atlântico Sul
 Fonte: LOPES, 2016.

No dia 28 de outubro de 1917 chegou um comunicado da presença de um submarino alemão entre Dakar e Cabo Verde, e sendo o porto de São Vicente escala dos navios brasileiros em trânsito para a Europa, era provável que se tornasse um ponto de ataque à frota mercante brasileira. No dia 1 de novembro, a canhoneira portuguesa Ibo encontrava-se em vigilância, circundando a Ilha e observou o fundeadouro de Santa Luzia, local muito suspeito e com boas condições para ocultar um submarino inimigo (SILVA, 1931, p. 131).

Na manhã do dia 2 de novembro, por volta das 7 horas, foram disparados dois torpedos para dentro do Porto Grande de São Vicente pelo submarino U-151, comandado por Waldemar Kophamel, a cerca de 450 e 300 metros dos alvos, que atingiram os navios brasileiros "Guahyba" e "Acary" ao nível da linha de água, provocando grandes explosões e o afundamento dos mesmos (SILVA, 1931, p. 132).

O Brasil, que já havia declarado guerra contra a Alemanha, em 25 de outubro de 1917, organizou a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) que seria composta por dois

cruzadores, quatro contratorpedeiros, um navio tender e um rebocador, que operariam entre Dacar – São Vicente – Gibraltar, como esforço de guerra contra a Alemanha (ARAÚJO, 2014, p. 324).

Sob o comando do Contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin, partiu em maio de 1918, do Rio de Janeiro, agrupando-se no Nordeste com destino final à base naval britânica de Gibraltar. Uma das maiores dificuldades era justamente a de abastecer os demais navios com carvão, água e mantimentos do navio tender Belmonte em pleno oceano, além de reparos de emergência. Para isso todos os navios paravam e os contratorpedeiros que ainda não haviam sido abastecidos começavam a navegar em círculos em torno dos demais navios para protegê-los de possíveis ataques de submarinos (GAMA, 1982. p.148).

A DNOG demandou primeiro Freetown, Serra Leoa, onde reabasteceu com água e carvão e teve contato com a gripe espanhola, maior revés para os nossos militares. No dia 23 de agosto a Divisão deixou Freetown com destino a Dakar, no Senegal, onde na véspera da chegada, na noite de 25 para 26 de agosto, sofreu ataque de um submarino alemão que lançou um torpedo contra o cruzador auxiliar Belmonte, mas não o atingiu. Embora vários dos navios da Divisão tivessem aberto fogo e lançado bombas de profundidade sobre o submarino inimigo, o seu afundamento foi creditado ao contratorpedeiro Rio Grande do Norte. A perda do submarino foi confirmada pelo relatório do almirantado britânico que indicava o desaparecimento de um submarino alemão que operava na rota da divisão brasileira e pelo comandante da base inglesa em Gibraltar, vice-almirante Heathcoat S. Grant (ARAÚJO, 2014, p. 325-328).

A Divisão iria passar poucos dias em Dakar, onde planejou fazer trabalhos de limpeza dos cascos, reabastecimentos e solucionar um problema de propulsão dos motores do cruzador Rio Grande do Sul. Mas, no dia 06 de setembro, quando os navios se preparavam para suspender, após planejadas as primeiras missões de patrulhamento até Gibraltar, irrompeu

uma violenta epidemia de “gripe espanhola”, além do paludismo e outras moléstias próprias da região. A epidemia atacou, além dos navios da Divisão, todos os navios do Porto e a própria cidade de Dacar, que também sofria com a malária. Assim, em 11 de outubro, o Almirante Frontin reportou ao Estado Maior da Armada, por telegrama, a situação (ARAÚJO, 2014, p. 328-329).

A DNOG estava emersa em problemas da gripe em sua pior fase, com 156 mortos já sepultados no cemitério de Dakar, quando o almirantado britânico solicitou o envio de uma unidade a fim de auxiliar a força naval portuguesa que também estava passando pelo mesmo problema e operava próximo às ilhas de Cabo Verde, pois tinham sido avistados submarinos alemães.

O único navio em condições de operar era o contratorpedeiro Piauí que teve a sua tripulação reforçada pelos marinheiros sadios dos demais navios e conseguiu concluir a missão que havia recebido até o dia 19 de outubro, quando regressou a Dacar e se juntou aos demais navios da DNOG. Os ingleses que também haviam sido atacados pela gripe tinham pressa em fazer a DNOG chegar a Gibraltar (ARAÚJO, 2014, p. 329).

A Divisão entrou em Gibraltar no dia 10 de novembro ainda a tempo de ver sepultamento das vítimas do HMS Britania, afundado na véspera por um submarino alemão. No dia seguinte, foi assinado o armistício entre a Alemanha e os aliados que deu fim à Grande Guerra (ARAÚJO, 2014, p. 330).

2.3.2 Importância geoestratégica de Cabo Verde na Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA), no governo Roosevelt, manifestou preocupação com que pudesse vir a acontecer ao arquipélago de Cabo Verde, que considerava peça fundamental para a defesa avançada americana no

Atlântico, o que garantiria as comunicações marítimas com a África e com a América do Sul (GOMES, 2011, p. 57-59).

Houve uma grande troca de correspondências e encontros entre o Governo norte-americano e o brasileiro sobre a defesa das ilhas de Cabo Verde e a importância do Arquipélago para a defesa do Atlântico Sul. As tratativas entre os dois chefes de Estado relatam que os Estados Unidos estavam “seriamente preocupados” com o que poderia vir a acontecer com o Arquipélago (GOMES, 2011, p. 59).

Fato era que quer Hitler, quer Churchill, tinham planos secretos para ocupar Cabo Verde, antes de Roosevelt pensar no caso. Em relação aos EUA, Roosevelt, que defendia a soberania portuguesa em relação ao Arquipélago, apresentou a Lisboa algumas propostas para ocupar Cabo Verde, devendo a operação ser conduzida pelas forças norte-americanas com o apoio do Brasil. Tanto os aliados quanto os alemães sabiam que o controle de Cabo Verde propiciava o domínio do Atlântico Sul (GOMES, 2011, p.2)

O chanceler brasileiro Oswaldo Aranha afirmou que: “o Brasil tem um interesse primordial na manutenção da integridade do Império Ultramarino Português, sobretudo na África. Devido à expansão atlântica do Brasil, não convém que as costas portuguesas de África mudem de mãos. Não se trata, como se vê, de razões sentimentais. A nossa liberdade, presente e futura, funda-se em razões políticas”. Desse modo, interessava ao Brasil que Portugal preservasse Cabo Verde de uma possível invasão da Alemanha, pois o mesmo ficava a poucas horas de voo do nordeste brasileiro, notadamente Natal (GOMES, 2011, p. 59).

Do acima exposto, notamos a importância que o Governo Roosevelt atribuía a Cabo Verde, pois compreendia que quem controlasse o Arquipélago garantiria o controle do Atlântico Sul e das telecomunicações a partir de Cabo Verde, preocupando-se em garantir que as ilhas não caíssem nas mãos inimigas (GOMES, 2011, p.61).

Em julho de 1941, o presidente dos EUA, Roosevelt enviou uma carta ao presidente do Brasil, Getúlio Vargas, solicitando apoio na defesa de Cabo Verde. Caso o Arquipélago caísse em mãos inimigas significaria uma séria ameaça ao Brasil e a outros países do Atlântico Sul (GOMES, 2011, p. 103).

No mesmo ano, Roosevelt apresentou uma proposta arrojada, mas que foi criticada pelo Estado-Maior do Exército Americano e por Churchill. Ela pretendia a ocupação de Dakar, Cabo Verde e dos Açores, mas Dakar era considerada muito cara, pois envolvia vários homens e o seu valor era simplesmente defensivo, ou seja, não se justificaria estrategicamente. De acordo com o Estado Maior Americano a ocupação de Cabo Verde e dos Açores era evitável se o Brasil deixasse uma pequena força em Natal que defendesse essas bases (GOMES, 2011, p. 104).

Conforme dito pelo presidente dos EUA, “o controle ou a ocupação de qualquer uma das ilhas atlânticas pelas forças nazis comprometeriam a segurança imediata de todos da América do Norte e do Sul e das posições insulares norte-americanas e, finalmente, a segurança do próprio território continental dos Estados Unidos”. Caso Cabo Verde e os Açores fossem invadidos pela Alemanha “poriam diretamente em perigo a liberdade do Atlântico e a nossa própria segurança física” (BIANCHI *apud* GOMES, 2011, p. 79).

Após a Guerra, durante o Julgamento do tribunal de Nuremberg, um dos membros do alto-escalão militar nazista, Alfred Jodl, revelou que a ocupação das Canárias e de Cabo Verde era um dos projetos preferidos de Hitler, o que permitiria atacar Gibraltar e a península ibérica e dessa forma fechar o Mediterrâneo (GOMES, 2011, p. 76).

O governo Brasileiro declarou estado de beligerância contra a Alemanha e Itália, em 22 de agosto de 1942. Tal decisão se deu após sucessivos ataques, por submarinos alemães, a navios mercantes brasileiros no decorrer daquele ano, processo que atingiu seu clímax com o afundamento de cinco navios e uma barçaça, entre o litoral da Bahia e o de Sergipe, em

menos de cinco dias, entre 15 e 19 de agosto, e que redundou na perda de centenas de vidas, indignando a opinião pública e fazendo com que Getúlio Vargas declarasse guerra no mesmo mês (TEMPONE, 2014, p. 89).

Mesmo antes da declaração de guerra brasileira, o comprometimento do Brasil com o esforço de guerra norte-americano era bastante considerável. Além do apoio e alinhamento político, o Brasil comprometera-se, por meio de tratados, a fornecer uma variada gama de produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e à mobilização militar norte-americana. Além do mais, o Brasil era um elo importante na cadeia existente para o fornecimento de material bélico norte-americano para seus aliados que confrontavam as forças do Eixo na Europa, na África do Norte e até no Extremo Oriente (TEMPONE, 2014, p. 94).

O Brasil apoiou o esforço aliado por meio da defesa dos comboios mercantes que saíam do Brasil, e cedendo bases estratégicas no nordeste brasileiro para os americanos. Em fins de abril de 1942, o Presidente Vargas entregou, informalmente, ao comandante norte-americano o comando das forças aéreas e navais brasileiras, fazendo dele, na prática, o responsável pela defesa marítima brasileira (TEMPONE, 2014, p. 94).

Após o término do conflito constatou-se que o Arquipélago teve um papel fundamental na Batalha do Atlântico e no controle das rotas para o Atlântico Sul. As inferências de natureza geopolítica e geoestratégica implícitas à importância de Cabo Verde foram, sobretudo, as necessidades permanentes, por parte dos Aliados, de disporem de um ponto de apoio a meio do Atlântico que lhes permitissem deslocar tropas e material de guerra para uma zona de conflito, particularmente na direção do Atlântico Sul, contra os países do Eixo (GOMES, 2011, p. 116).

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como vimos até agora, Cabo Verde conta com uma posição geográfica privilegiada no Oceano Atlântico. Sua posição é considerada estratégica, pois está numa região entre o Atlântico Norte e Sul, mas pertencente a este último, num espaço marítimo que faz parte da linha de estrangulamento Natal-Dakar, interligando o nordeste brasileiro a costa ocidental africana, também chamado “Gargalo Atlântico”.

Devido a sua posição singular, Cabo Verde fez parte da rota dos descobrimentos portugueses e serviu de entreposto comercial escravagista importante para o Brasil pré-independência.

Logo sua posição despertou o interesse de outros países europeus, que viram, nos anos dos descobrimentos, a importância deste Arquipélago para o domínio do Atlântico austral.

Para Portugal, o fato de estar presente nos dois lados do Atlântico, por meio de suas colônias, dava uma vantagem geoestratégica que possibilitava ter sucesso perante seus inimigos e garantia o comércio de forma otimizada. Essas disputas ajudaram a ordenar, durante os séculos XVI e XVII, o campo diplomático europeu. Assim, verificamos que os interesses atlânticos contribuíram para criar alianças políticas internacionais.

Após a independência do Brasil, Portugal e Inglaterra promoveram um verdadeiro “fechamento do continente africano”, com o medo que a influência do novo Império brasileiro pudesse vir a dominar plenamente o Atlântico, se apossando das colônias portuguesas na África, como era o caso de Cabo Verde e Angola.

Com o fim da escravidão, Cabo Verde foi estruturado, devido a sua posição singular, para prestar uma gama de serviços marítimos, o que ajudou a hegemônica Inglaterra a se consolidar e projetar seu domínio no Atlântico Sul.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, Cabo Verde desempenhou um papel de “pilar” entre as duas margens do Atlântico, primeiramente constituindo-se em um suporte

vital para as comunicações, quer marítimas, quer aéreas, que então davam os seus primeiros passos na travessia atlântica, quer telegráficas, quer telefônicas, com estações de amarração de cabos submarinos. Isto foi fator decisivo também para o sucesso na Segunda Guerra Mundial, que tomou vulto no Atlântico Sul e fez com que o Arquipélago desempenhasse função proeminente nos conflitos. De fato, após a guerra, se descobriu que os nazistas tinham um plano para se apoderar das ilhas de Cabo Verde e, com isso, permitir atacar Gibraltar e fechar o Mediterrâneo, bem como controlar o Atlântico Sul.

Por tudo isso, podemos afirmar que Cabo Verde foi fundamental para segurança do Brasil e, conseqüentemente dos Aliados, dispondo de um ponto de apoio a meio do Atlântico que lhes permitissem deslocar tropas e material de guerra para uma zona de conflito, particularmente na direção do Atlântico Sul, contra os países do Eixo.

Sua importância geoestratégica foi, e ainda é, muito expressiva, como abordaremos mais à frente, pois Cabo Verde continua a desempenhar um papel primordial no controle do Atlântico Sul.

3 RELACIONAMENTO BRASIL-CABO VERDE PÓS INDEPENDÊNCIA DO ARQUIPÉLAGO E A COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES NO CAMPO DA DEFESA

Nesta fase do trabalho, vamos considerar a conjuntura que propiciou a independência de Cabo Verde, o reconhecimento pelo Brasil, os fatores que contribuíram para uma reaproximação entre os dois países e o impulso que ganhou a cooperação militar, principalmente a componente naval, culminando com a inauguração de uma Missão Naval e a abertura de uma Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica, na cidade da Praia,

capital do País. Discorreremos, também, sobre a estratégia na qual o Ministério da Defesa, alinhado com a política externa brasileira, busca priorizar o relacionamento com países do nosso entorno estratégico, localizados na África Ocidental, principalmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

3.1 CONJUNTURA DA INDEPENDÊNCIA DO ARQUIPÉLAGO

É senso comum entre pesquisadores e políticos africanos, que a colonização africana e sua partilha não natural, é um capítulo à parte do continente, pois comparada a história milenar da África, a colonização não durou um século, mas suas consequências foram profundas para as sociedades africanas. Nesse contexto, Cabo Verde não era habitado e, ao ser descoberto, foi povoado, como já explanamos anteriormente (NICOLAU, 2013, p. 75).

Por ocasião da partilha da África, Portugal estava em desvantagem em relação as outras potências europeias, visto sua vulnerabilidade material. A independência do Brasil agravou essa debilidade, pois era a colônia mais rica do império português. Aliado a isso, a expansão portuguesa foi contida pela Inglaterra. Por meio do *ultimatum* inglês, em 11 de janeiro de 1890, os ingleses deixavam bem claro os limites as ambições portuguesas que, caso contrário, enfrentariam seu poder militar. A repercussão negativa do *ultimatum* provocou um forte desgaste na monarquia portuguesa, preparando o terreno para república, que foi proclamada em 1910 (NICOLAU, 2013, p. 88-89).

Na África, Portugal sofrerá uma forte resistência, oriunda das estruturas locais herdadas do sistema imperial luso-brasileiro, unidas ao Brasil por meio do comércio de escravos, que não ficam mais no controle direto de Lisboa (NICOLAU, 2013, p. 89).

3.1.1 A Guerra Fria

Após a Segunda Grande Guerra, os EUA apresentaram um projeto alternativo e sucessor para sistema imperialista europeu, chamado *New Deal* ou “O Novo Acordo”, que foi uma reestruturação econômica para o mundo, uma vez que o imperialismo europeu estava decadente. Por meio dele, até a década de 1960, a hegemonia americana garantiu a expansão do capitalismo e a consolidação de um estado disciplinar global (NICOLAU, 2013, p. 97).

Em meados do século XX, no pós-Guerra, a hegemonia americana se assenta sobre o mundo, com um capitalismo modificado que vai promover a americanização do mundo. Desta feita, pouco a pouco temos a descolonização, a descentralização da produção e a disciplinarização dos países. O término do processo de descolonização dos países, permitiu aos EUA o controle progressivo da dolarização mundial. Por causa da guerra fria, o manto imperialista exerceu grande influência nos EUA, justificado na proteção do mundo da influência soviética. Nessa época, essa expressão atinge seu auge, misturando a dominação e exploração da técnica imperialista. Essa tendência chega a decadência com a perda americana na Guerra do Vietnam (NICOLAU, 2013, p. 97-98).

3.1.2 Independência da África Portuguesa

Na África, os territórios portugueses enfrentaram as lutas mais longas em busca da independência, perdurando cerca de 14 anos. Portugal acreditava que as colônias e sua metrópole formavam um todo que não deveria se desfazer. A par disso, as colônias eram vistas como a redenção para a já estagnada economia portuguesa. Os EUA, após o término da Segunda Guerra, iniciaram uma forte pressão para a libertação das colônias portuguesas, algo que foi aumentando em expressão com a entrada na Organização das Nações Unidas (ONU) dos países recém independentes africanos e asiáticos (NICOLAU, 2013, p.112).

Diante disso, em 1951, Portugal muda a denominação de suas colônias para províncias ultramarinas, numa tentativa de integrar seus territórios, fomentando um colonialismo renascido, com crescimento econômico expressivo. Precipitando-se as independências africanas, Salazar vai buscar estreitar os laços diplomáticos com os EUA e com o Brasil, angariando respaldo para sua atitude na África, ao tempo que endurece as condições de dominação colonial³ (NICOLAU, 2013, p. 113).

Os conflitos e lutas pela libertação das províncias ultramarinas consumia mais da metade do orçamento português e foi exaurindo a estrutura do poder, que se enfraqueceu com a saída de Salazar, em 1968, por razões médicas. Nessa altura, é relevante destacar que muitos grupos existentes em Portugal lutavam contra o regime salazarista, bem como contra a guerra colonial, com ações de sabotagem e insubordinação em segmentos das forças armadas portuguesas. Esse descontentamento atinge o ponto mais alto com o golpe da esquerda militar, em 25 de abril de 1974, derrubando o regime e ficando conhecido como a Revolução dos Cravos. Isso acelerou o processo de negociação pela independência das colônias portuguesas (NICOLAU, 2013, p. 113).

3.1.3 Independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau

No ano de 1956, Amílcar Cabral com outros cinco correligionários, fundaram o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que nos anos 1960 iniciou a luta contra o regime colonialista português. Em agosto de 1959, ocorreu um

³ Salazar cria, em 1954, o “Estatuto do Indigenato” que, com força de lei, dividia a população entre cidadãos e indígenas, os quais não tinham os hábitos individuais e sociais pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos portugueses. Isto é, os africanos das províncias ultramarinas não gozavam de direitos políticos, mas podiam formar associações de caráter cultural, sob a supervisão da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), e os jovens estudar em universidades. A criação das “Casas de Estudantes do Império” foi um verdadeiro “golpe contra”, pois visava formar as elites das províncias portuguesas, e por elas passaram os grandes responsáveis pela libertação do jugo português como: Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Luandino Vieira, Marcelino dos Santos, Pepetela e Mário Pinto de Andrade. Todas foram fechadas em 1965. É de relevância a criação do Código do Trabalho dos Indígenas, em 1956, que definia a exploração dessa mão de obra (NICOLAU, 2013, p. 113).

massacre dos estivadores que haviam aderido à greve, no porto de Pinjiguiti, localizado na Guiné Bissau. Diante deste episódio, o PAIGC decide pela luta armada. Com a ajuda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de Cuba, o partido consegue controlar cerca de dois terços do território da Guiné Bissau, em 1969 (NICOLAU, 2013, p. 117).

O princípio da unidade entre os dois países, Guiné e Cabo Verde, baseava-se no fato de terem a mesma natureza histórica colonial portuguesa. Mas a luta política-militar na Guiné-Bissau se desenvolveu mais rapidamente, contrastando com o que se passava em Cabo Verde.

No início de 1973 foi assassinado Amílcar Cabral, líder do PAIGC, por pessoas infiltradas no partido, pertencentes a Portugal (NICOLAU, 2013, p. 117).

Com o advento da noite de 24 para 25 de abril de 1974, em que os militares portugueses destituem o regime de Marcelo Caetano, pondo fim a um jugo que impunha sacrifícios ao povo português e aos africanos, cessam as hostilidades nas colônias e iniciou-se um processo de negociações que conduziu ao desmantelamento do império português na África, propiciando a independência das suas colônias. Desta feita, e após uma ronda de negociações, é proclamada, em 5 de julho de 1975, a independência de Cabo Verde, praticamente um ano depois da independência da Guiné-Bissau, ocorrida em 10 de setembro de 1974 (NEVES, 2012).

3.2 O “DESPERTAR” DA ÁFRICA

Como já mencionamos, o continente africano ficou no ostracismo para o Brasil, após a independência, em muito pelas imposições inglesas, corroborado por Portugal, fazendo com que perdêssemos os vínculos políticos e econômicos. O pós-guerra desperta a atenção para a importância estratégica da África, num contexto histórico em que se sobressaem as

hegemonias das duas grandes potências, EUA e URSS.

O renascimento do interesse brasileiro pela África, baseava-se no fato de que o desenvolvimento econômico e a capacidade de exercer influência regional deveriam crescer na mesma direção. Assim, o projeto de construção de uma potência brasileira tinha relação com a África, onde o Brasil via um novo espaço para exercer sua influência no Atlântico Sul (PENHA, 2011, p. 151).

Com o começo da Guerra Fria, o Brasil tinha se alinhado com os interesses ocidentais americanos, que nasceu com apoio aos aliados na Segunda Guerra Mundial. Logo, o Brasil havia se incluído no bloco capitalista ocidental, por consequência de sua posição estratégica em relação ao Atlântico Sul. Esse alinhamento, propiciou ao Brasil recursos que facilitaram a ambição de desenvolvimento nacional em busca da substituição da política de importações vigente (PENHA, 2011, p. 152).

3.2.1 O projeto de potência do Brasil e a fronteira atlântica

Com o início do governo militar, em 1964, o Brasil intensificou sua política em relação a África, promovendo uma concepção ideológica de frear o avanço do comunismo. Nesse diapasão, o continente africano emoldurava-se na segurança primeira do Atlântico Sul para o Brasil. O general Carlos de Meira Mattos (1913-2007), um dos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), argumentava que o Brasil não poderia relevar o fato de que a costa ocidental africana ser a primeira linha da costa brasileira (MATTOS *apud* PENHA, 2011, p. 162).

Também ideólogo da DSN, o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), considerava que a África, apesar de fazer parte do elemento geográfico comum, que era o Atlântico Sul, não compartilhava o mesmo sistema de valores na esfera da Guerra Fria.

Nessas condições, pregava que a África do Sul e as colônias portuguesas seriam os polos de atração no processo de reaproximação com o continente africano. O presidente Castelo Branco, durante seu governo, reiterava que a política externa brasileira em relação a África, deveria considerar a tradicional afinidade com Portugal e, assim formar uma comunidade afro-luso-brasileira, que seria a “primeira janela” para ratificar a liderança brasileira no Atlântico Sul (PENHA, 2011, p. 162).

É importante notar que o interesse brasileiro na retomada das relações com os países africanos deveu-se, acima de tudo, a estratégia de inserção do Brasil no sistema mundial, alicerçado pela sua política externa brasileira, ficando em segundo plano, mas consideradas também importante, as razões econômicas e políticas (PENHA, 2011, p. 164).

O governo do presidente Médici provocou grande transformação no rumo da política africana, fazendo o Atlântico tornar-se cada vez mais “mediterrâneo”. As visitas presidenciais dos africanos ao Brasil, a abertura de novas embaixadas, o intercâmbio de diplomatas e empresários mostrava, com nitidez, que o Brasil buscava seu espaço de potência no sistema internacional. A “busca-chave”, que dirigia a política externa do governo Médici, alicerçava-se no projeto “Brasil Grande Potência”, a ser almejado até o final do século XX (PENHA, 2011, p. 165).

Assim, a procura por novos mercados, o pragmatismo e as pressões protecionistas adversas do mundo, levaram a se notar e valorizar novas perspectivas do papel do Atlântico Sul. Essa perspectiva passa a levar em conta o entorno Atlântico brasileiro como espaço estratégico. As 1600 milhas náuticas que separam a costa africana, no “gargalo” Natal-Dakar”, foram consideradas, pelo governo Médici, como a garantia de comunicação marítima entre os dois lados do Atlântico, o que permitiria a formação de linhas marítimas comerciais de intercâmbio com o continente africano. Isto era visto como área fundamental para o Brasil obter influência regional em relação aos demais países da América do Sul, principalmente a

Argentina, que disputava a liderança desse espaço. As nações africanas eram mais receptivas e ofereciam melhor trato ao Brasil (PENHA, 2011, p. 166).

O presidente Médici deixa a seu sucessor, o general Ernesto Geisel, um Brasil bem situado no concerto das Nações e com uma economia em expansão. Com o governo Geisel, o Brasil adota uma política externa de “pragmatismo responsável”, desfazendo o espaço marítimo afro-luso-brasileiro, de origem colonial, e reconhecendo a independência da Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde e, por fim, estabelece relações diplomáticas com Moçambique (SARAIVA *apud* PENHA, 2011, p. 168).

Com o reconhecimento dos governos marxistas das ex-colônias portuguesas, finda, definitivamente, a ideia de fronteira ideológica que ainda balizava alguns segmentos do governo brasileiro na condução da política externa, em relação a África. Dessa maneira, surge uma nova etapa da política internacional do Brasil para o continente africano, consequência direta da nova conjuntura nacional e internacional (PENHA, 2011, p. 168).

3.3 O RELACIONAMENTO COM CABO VERDE E O CONTEXTO FAVORÁVEL A COOPERAÇÃO MILITAR

Conforme vimos anteriormente, a importância geoestratégica do arquipélago de Cabo Verde para o Brasil fez a diferença no controle do Atlântico Sul, principalmente nas Guerras Mundiais e ajudou a projeção da potência brasileira no concerto internacional, no decorrer da segunda metade do século XX.

Apesar dos constrangimentos econômicos vivenciados pelo Brasil e pelos africanos nos anos 80, houve uma junção de fatores que fizeram o relacionamento prosperar. Os africanos buscavam diminuir a dependência as suas antigas potências coloniais, enquanto o Brasil, carente de petróleo, mas com bens e serviços a oferecer, aparecia como uma excelente

alternativa (PEREIRA *apud* PENHA, 2011, p. 174).

O problema da dívida externa brasileira agravou-se no momento da mudança do governo Figueiredo para a administração Sarney e constituiu o tempo mais grave da política exterior brasileira. Constituída por meio de empréstimos feitos com base nos juros flutuantes, a dívida externa crescia em razão geométrica, uma vez que os EUA elevavam suas taxas de juros por razões econômicas internas. Isso ocorreu no momento em que os bens primários tinham seus preços reduzidos mundialmente, fazendo com que as economias dos países em desenvolvimento sofressem perturbações socioeconômicas. Para superar o problema de divisas que era originado pelo pagamento dos juros da dívida com os credores, o Itamaraty implementou a prática de *countertrade* (troca internacional de mercadorias), ainda na gestão Figueiredo (PENHA, 2011, p. 174).

O *countertrade* foi um dos principais fatores que possibilitou a recuperação do relacionamento comercial com os países africanos, a partir de 1984. Essa atividade demonstrou ser um instrumento econômico e político que alavancou o desenvolvimento das relações comerciais em ambas margens do Atlântico. Sem contar que esse relacionamento pode ser enquadrado dentro do plano bilateral Sul-Sul, o que possibilitou uma maior autonomia em relação aos principais centros capitalistas mundiais. Essa posição diplomática ajudou o Brasil a renegociar uma solução para sua dívida externa e nos aproximou dos países africanos mais importantes, como Angola e Nigéria, proporcionando reforçar o perfil externo do Brasil nos fóruns multilaterais e no jogo diplomático mundial, nos quais passou a ser um representante significativo dos países do terceiro mundo (SARAIVA, 1994; LAFER *apud* PENHA, 2011, p. 174-175).

Na ótica africana, de países recém libertos, o interesse do relacionamento com o Brasil, era o de substituir a escolha tradicional das ex-potências coloniais. Para os africanos, a cooperação com o Brasil era um bom exemplo de como as relações horizontais entre o

terceiro mundo fomentariam a construção de uma nova ordem econômica mundial. O Brasil entraria com bens industrializados compatíveis com a realidade de países em desenvolvimento mais carentes e os africanos com as matérias primas essenciais de mercado (PENHA, 2011, p. 175).

3.3.1 Eventos relevantes que fomentaram o relacionamento

O Brasil reconheceu e, de imediato, estabeleceu relações diplomáticas com Cabo Verde, logo após sua independência em 1975. Ainda no Governo Geisel, o diálogo buscava a afirmação política e econômica com a África. Busca esta coerente com o “pragmatismo responsável” dos anos 1970, que almejava reforçar a projeção do Brasil e de África (LEAL, 2018, p.31).

A FIG. 3 mostra o encarte do jornal “Estado de São Paulo”, que faz a cobertura da independência de Cabo Verde, ocorrida no dia 5 de julho, em 1975. Esse dia é o mesmo do estabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil.



FIGURA 3- Jornal “Estado de São Paulo” do dia 05 de julho de 1975

Fonte: EMBAIXADA DO BRASIL EM CABO VERDE, 2017.

É importante notar que as afinidades lusófonas uniram Cabo Verde e Brasil, mesmo no período em que estas nações estiveram “fechadas” devido a imposição europeia. Estas afinidades, que em Cabo Verde sempre foram enaltecidas, se exprimem num compartilhamento político e cultural, com valorização das “coisas” brasileiras, mesmo depois de quase cento e cinquenta anos de afastamento, sobretudo econômico, como já mencionamos anteriormente. Em Cabo Verde, o Brasil sempre esteve presente no imaginário das pessoas e para os intelectuais cabo-verdianos (LEAL, 2018, p. 33).

O historiador e Ministro da Educação em Cabo Verde, Antonio Correia e Silva, batizou a expressão “Cabo Verde brasílico”, para fazer menção à busca de articulação mais densa entre os dois países (LEAL, 2018, p.34).

Cabe destacar o fato de que muitos jovens cabo-verdianos estudaram e estudam no Brasil, ao abrigo de programas conveniados na área de educação, sendo o exemplo mais relevante o do senhor José Maria Neves, ex-primeiro-ministro, no período de 2002 a 2016, que fez seus estudos na Fundação Getúlio Vargas, na década de 1980. Além dele, muitos ministros cabo-verdianos fizeram sua formação no Brasil, mantendo um grande apreço e favorecendo, sempre que possível as cooperações nas diversas áreas. É relevante o fato de o Instituto Rio Branco ter formado muitos diplomatas cabo-verdianos, alguns deles exercendo cargo de chefia e altas funções em Embaixadas pelo mundo (LEAL, 2018, 35-36).

Além dos governos militares, que souberam fomentar e entender a importância da África para o Brasil, esse relacionamento irá ganhar novo impulso com o Governo Lula.

Cabo Verde foi incluído pelo presidente Lula em sua segunda viagem a países da África, em 2004, juntamente com São Tomé e Príncipe e Gabão. Esse programa de viagens fazia parte de um empreendimento audacioso dentro de um programa multilateral⁴. O

⁴ A essas iniciativas, podemos acrescentar a participação brasileira em missões de paz em Angola (na década de

presidente Lula realizou cinco périplos pelo continente africano, durante seu primeiro governo. Visitas anteriores a Cabo Verde foram realizadas em 1983 e 1986, pelos presidentes João Baptista Figueiredo e José Sarney, respectivamente. Da parte cabo-verdiana, foram realizadas várias visitas presidenciais ao Brasil, cabendo destacar a de 2005, pelo então presidente Pedro Pires – primeiro mandatário de Cabo Verde – que planejava uma “parceria especial” com a União Europeia (UE) e via no Brasil um contraponto importante na afirmação da soberania cabo-verdiana (LEAL, 2018, p.37; BRASIL, 2018).

Vale enaltecer a contribuição brasileira para a criação da Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), principal instituição de ensino superior, que conta, atualmente, com curso de medicina, entre outros. A UNI-CV foi inaugurada em 2006, na sequência de um projeto de cooperação bilateral, que contou com o apoio de três ministérios brasileiros – da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores (RIZZI *apud* LEAL, 2018, p.38).

Cabo Verde, com o apoio do Brasil e da União Europeia, tem investido grande parte do seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, sendo já reconhecido como um país de nível médio, com analfabetismo insignificante.

3.4 A COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

Conforme preconizado pela Política de Defesa Nacional, o ambiente internacional poderá ver intensificadas disputas por espaços marítimos, em busca de fontes de energia e alimentos. Nesse contexto, o fenômeno da globalização faz com que, cada vez mais, os países tenham uma interdependência crescente (BRASIL, 2016, p. 9).

Para países em desenvolvimento, como o Brasil e Cabo Verde, a integração fará com que ambos consigam uma inserção positiva no mercado mundial e diminuirá a exposição as vulnerabilidades geradas pelas crises mundiais. Propiciará, também, aproveitando a forte

1990) e Haiti (2004). Esses périplos africanos serviram – podemos inferir – como plataforma política para reforçar os pleitos brasileiros em organismos internacionais, mormente o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (LEAL, 2018, p. 37).

ligação cultural, com que trabalhem cada vez mais unidos em prol da segurança marítima do Atlântico Sul.

Com essa visão estratégica, o Brasil notou a importância de estar ligado a países do seu entorno Atlântico, que tivessem, como já vimos anteriormente, uma forte e estável conexão, baseada em laços culturais. Cabo Verde, por pertencer aos PALOP, estar em posição estratégica de relevância fundamental para o Atlântico e num ponto avançado de controle do nosso entorno marítimo, tinha os requisitos fundamentais para ser eleito como um dos parceiros prioritários no campo da defesa. Ainda mais, se considerarmos a presença brasileira atual e futura, no Golfo da Guiné, podemos inferir que um país como Cabo Verde poderá ser um grande aliado, em termos logísticos, como foi outrora, nos conflitos em que o Brasil participou.

3.4.1 Primeiros passos da cooperação militar

Podemos afirmar que o início da cooperação militar foi o Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar, assinado em 1994, mesmo ano em que se iniciava a cooperação com a Namíbia. Apesar de prever cooperação técnica em áreas como formação de pessoal, fornecimento de material e prestação de serviços, o Acordo ficou restrito a oferta de vagas para formação em escolas militares brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Academia da Força Aérea (AFA) e as escolas de formação da Marinha Mercante, como o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) e o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA). Cópia desse primeiro Acordo encontra-se no ANEXO A, deste trabalho.

Mas a cooperação passa a ganhar robustez com o périplo feito pelo Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, em 2009, pelos países do PALOP, em que visitou Cabo Verde e,

juntamente com sua homóloga local, Ministra Cristina Fontes, vislumbrou possibilidades de ampliar a aproximação. Durante sua visita, Jobim salientou a importância de Cabo Verde nas questões referentes a segurança do Atlântico Sul, mencionando:

A importância de Cabo Verde é muita, pois o país encontra-se numa zona de transição entre o Atlântico Sul e o Norte e entendemos que precisamos discutir as questões de ampliação da Zona Econômica Exclusiva e do Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC), para elevar para 350 milhas as áreas de controle e soberania sobre o subsolo marinho. Também devemos discutir o problema das concessões que podem ser feitas pelas comissões da Organização das Nações Unidas (ONU) para exploração de minérios da zona internacional, o subsolo da chamada Área. E isso é importante para todos nós, tendo em vista a eventual coincidência disso com as linhas marítimas (LUSA, 2009).

Por sua vez, a Ministra da Defesa cabo-verdiana replicou: “No quadro do Atlântico Sul, temos interesses específicos e vamos desenvolvê-los, projetando ações que tenham em conta a importância do Brasil. Cabo Verde está extremamente interessado, no quadro desta Zona de Paz do Atlântico Sul, em identificar áreas de cooperação para o desenvolvimento econômico e exploração dos recursos da zona”(LUSA, 2009).

3.4.2 A Missão Naval, a Adidância e o novo Acordo de Cooperação

Em 2012, a cooperação militar ganha um forte impulso. O momento era favorável, em virtude da realização da 38ª Cimeira da CEDEAO, em 2010, na ilha do Sal, que teve como convidado o então presidente Lula. Isto, sinalizou a Cabo Verde e aos demais países componentes, que poderiam contar com o Brasil. Nesse sentimento politicamente propício, do mais alto nível, o Ministro da Defesa de Cabo Verde, Jorge Tolentino, salienta a importância da “confiança” mútua que propiciou o robustecer de uma parceria já compreendida como geoestrategicamente importante para o Brasil. Tolentino também fará referência à participação do Ministro Celso Amorim, na reunião de ministros da defesa da CPLP, ocorrida na ilha do Sal, em novembro de 2011, como um ponto fundamental do processo de robustecimento das relações no âmbito da defesa. Segundo relata Tolentino, durante a

reunião, ele e Amorim iniciaram as tratativas para uma cooperação bilateral no campo de defesa (LEAL, 2018, p. 39). No ano seguinte, o Ministro Tolentino viajou ao Brasil, em março de 2012, encontrando-se com seu homólogo brasileiro, na Escola Superior de Guerra (ESG), para realizar uma reunião de trabalho, discutindo pontos de estreitamento na área de defesa, com ênfase na área de segurança marítima (BRASIL, 2012). A visita de Tolentino ao Brasil foi imediatamente precedida por visita do Comandante da Marinha (CM), Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto a Cabo Verde, atendendo a convite do Comandante da Guarda Costeira de Cabo Verde, no período de 29 de fevereiro a 03 de março, onde firmou um protocolo de fornecimento de uniformes da MB para a Guarda Costeira de Cabo Verde (GCCV), além de realizar reunião de trabalho com vistas a contemplar a formação de pessoal dos quadros da GCCV no Brasil. Tal atitude favoreceu uma aproximação militar, apoiada nos laços culturais já existentes (BRASIL, 2012).

Durante sua visita a Cabo Verde, o Almirante Moura Neto declarou, em entrevista concedida a Radio Televisão Caboverdiana (RTC), que o controle do tráfego marítimo internacional no Atlântico Sul e a prevenção e o combate à pirataria marítima são os motivos que justificam o reforço da cooperação bilateral (RTC, 2012).

Durante a reunião na ESG, ocorrida no dia 09 de março de 2012, entre o Ministro Tolentino e o Ministro Celso Amorim, participaram os três comandantes de Força brasileiros. Nesta ocasião, Tolentino reiterou o tema da segurança marítima e juntou a ele outros como a criação de um Núcleo de Missão Naval, nos “moldes da cooperação prestada a Marinha da Namíbia”, e a possibilidade de participação no LEPLAC de Cabo Verde, visando o pleito de extensão da plataforma continental cabo-verdiana, além das formações nas escolas militares brasileiras das três forças, por militares caboverdianos. Essa visita será o marco que resultou no salto qualitativo de uma cooperação pujante no campo da defesa, com ênfase na

componente naval, posteriormente dando início a criação do Núcleo da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde (NMNBCV) (BRASIL, 2012).

Do ponto de vista brasileiro, existia o interesse estratégico de se relacionar com um parceiro culturalmente próximo e numa posição privilegiada em relação a costa ocidental africana. Corroborava com isso, o fato da preparação para a VII reunião da ZOPACAS, que aconteceria em Montevideú, em janeiro de 2013. Aliado a isso, havia o interesse em acompanhar a situação de segurança marítima na costa ocidental africana, mormente no Golfo da Guiné, assunto bastante “em voga” e que poderia influenciar a segurança das embarcações que demandassem a costa brasileira ou dela fossem provenientes (LEAL, 2018, p. 40).

A parceria brasileira proporcionaria a Cabo Verde redimensionar sua importância diplomática na região e, ao Brasil, facilitaria a participação na África, remontando a cooperação sul-sul, iniciada nos anos 80 (LEAL, 2018, p. 41).

Em documento enviado pelo Ministro Celso Amorim ao Ministro Antônio Patriota, chanceler brasileiro na ocasião, Amorim solicitou que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) acolhesse um oficial e uma praça, precursores do futuro NMNBCV, na cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Fez referência a ZOPACAS, que havia sido estabelecida em 27 de outubro de 1986, por resolução da ONU, composta por 24 países da África e da América do Sul. Também embasou o pedido na PDN, manifestando a importância do ambiente regional e do entorno estratégico brasileiro, bem como atestou o fator relevante das relações exteriores que é a cooperação com os países da CPLP (BRASIL, 2013). Tal documento foi respondido pelo MRE, participando a autorização do Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde (MIREX) para a abertura do Núcleo da Missão Naval do Brasil.

Em novembro de 2013, foi inaugurada na Praia, pelo Ministro da Defesa Celso Amorim, acompanhado pelo Comandante da Marinha, Almirante Moura Neto, o Núcleo da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde, com a atribuição principal de “efetuar o levantamento

das reais necessidades da Guarda Costeira de Cabo Verde(GCCV), com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação entre os dois países”.

Durante sua estada, Celso Amorim aproveitou para fazer a entrega formal dos uniformes da MB a GCCV e enalteceu que as Forças Armadas do Brasil contribuiriam com a formação de efetivos da Forças Armadas caboverdianas. Em entrevista concedida aos meios de comunicação locais, reiterou a importância dos desafios de segurança marítima, salientando que “o terrorismo vai chegando perto de nossa área de interesse e que esses fatores geram a necessidade de uma concertação permanente no âmbito da ZOPACAS” (LEAL, 2018, p. 41-42).

Nesse viés da cooperação sul-sul e buscando uma maior projeção, o governo brasileiro inaugurou, em março de 2014, a Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica, na Praia, com a anuência do governo local, de forma cumulativa com as tarefas da MNBCV. A Adidância ampliou o leque da cooperação e aumentou, consideravelmente, a projeção do Brasil na África, sendo este ato observado por vários países de relevância mundial, como EUA, UE e China. Isso possibilitou a abertura de um Núcleo de Missão Naval em São Tomé e Príncipe, em novembro de 2014 e a participação do Brasil, como convidado diferenciado, nas reuniões para a criação do Centro de Coordenação Inter-regional (CIC), para execução da estratégia regional de segurança e proteção marítima no Golfo da Guiné, em Yaoundé, nos Camarões, no decorrer do ano de 2014.

Em relato feito pela embaixada em Praia, o Embaixador João Inácio comenta:

Atuando em estreita coordenação com a Embaixada [em Cabo Verde], a Adidância logrou não somente viabilizar intensificação gradual das atividades de treinamento e capacitação – foco do seu trabalho até o momento, gerando ganhos significativos na criação de cultura militar comum e compartilhamento doutrinário –, mas abrir novas possibilidades de atuação conjunta (LEAL, 2018, p. 42).

Entre as possibilidades destacadas por Padilha, estão as atividades na vertente de defesa da CPLP, com o envolvimento de Cabo Verde, a possibilidade de troca de informações

na área de inteligência e a contribuição para a estruturação do serviço de Busca e Salvamento (SAR)⁵.

Em março de 2015, o Ministro da Defesa de Cabo Verde, Ruy Semedo, realizou viagem ao Brasil, para tratar, no MD, em Brasília, os tópicos acima abordados com seu homólogo brasileiro Jaques Wagner. A visita foi retribuída pelo General de Exército Gerson Menandro Garcia de Freitas, Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), em novembro de 2015, com reunião de trabalho pautada nos mesmos pontos já relatados acima, com ênfase na segurança marítima.

A cooperação em matéria de defesa foi num crescente, possibilitando enviar vários cabo-verdianos para cursos de oficiais e praças, com ênfase na formação dos quadros da GCCV, uma vez que o país é essencialmente marítimo. Em julho de 2015, o NMNBCV foi transferido da cidade da Praia, para a cidade do Mindelo, assumindo um oficial e uma praça, e deixando de ser cumulativo com o cargo de Adido de Defesa. Essa transferência possibilitou um contato mais próximo e direto com o comando da GCCV, que havia sido transferido para aquela cidade, na ilha de São Vicente, um ano antes. De acordo com avaliação realizada, no ano seguinte, pela Embaixada em Praia, “a presença na GCCV da Missão Naval brasileira vem gerando gradual aproximação dos militares locais à Marinha Brasileira, inclusive no que concerne a fardamento e doutrina. Marinheiros cabo-verdianos vêm recebendo formação igualmente no Brasil”⁶.

Por ocasião da visita do chanceler José Serra a Cabo Verde, em maio de 2016, a cooperação na área da defesa foi enaltecida como exemplo de cooperação bilateral (LEAL, 2018, p, 42).

⁵ Entre janeiro e fevereiro de 2017, realizou-se em Cabo Verde a terceira e última fase de capacitação de militares locais como coordenadores SAR. A formação foi ministrada localmente pela Força Aérea Brasileira (FAB) (LEAL, 2018, p. 42).

⁶ Em julho de 2017, além de praças cursando no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), havia seis Aspirantes cursando na Escola Naval e dois mergulhadores da Guarda Costeira de Cabo Verde sendo treinados no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átila Monteiro Aché (CIAMA) (LEAL, 2018, p. 43).

O culminar do trabalho brasileiro realizado, desde a abertura do Núcleo da Missão Naval, foi sem dúvida a assinatura do novo Acordo Quadro bilateral sobre Cooperação em Matéria de Defesa, no dia 20 de outubro de 2016, por ocasião de encontro de trabalho do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, com seu homólogo cabo-verdiano, à margem da cerimônia de posse do presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, em seu segundo mandato (PODER NAVAL, 2016). Cópia do novo Acordo encontra-se no ANEXO B, a este trabalho.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A independência de Cabo Verde foi uma das mais tardias em África, ocorrendo por pressão estadunidense e pela ONU, que buscavam libertar as colônias europeias e, dessa forma propiciar o controle progressivo da dolarização mundial.

Logo após a independência caboverdiana, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecê-la, buscando utilizar-se de Cabo Verde com o propósito de “entrar” na África e, assim, buscar uma projeção regional e comercial. O governo militar via, na África, sua fronteira Atlântica, e Cabo Verde era um dos polos de atração neste processo de reaproximação com o continente africano. Começava, desta feita, o projeto brasileiro de ser uma potência respeitável no concerto das nações. Com isso, surge uma nova fase das relações internacionais do Brasil para o continente africano, consequência direta da nova conjuntura nacional e internacional.

Com os constrangimentos econômicos vividos pelo Brasil e pelos africanos nos anos 80, houve uma junção de fatores que fizeram o relacionamento prosperar. Os africanos queriam diminuir a dependência de suas antigas metrópoles coloniais, enquanto o Brasil, carente de petróleo, mas com bens e serviços a oferecer, aparecia como uma alternativa

confiável. Isso tudo possibilitou uma forte reaproximação com os africanos, utilizando Cabo Verde como “ponte” histórica, baseado nos laços lusófonos e culturais.

O laço cultural entre o Brasil e Cabo Verde fez com que muitos jovens viessem estudar em universidades brasileiras e, com isso, ao retornar ao seu país, atingissem cargos importantes como o de primeiro ministro e de ministros de estado, ligando cada vez mais os dois países.

No início do século XXI, o Brasil, aproveitando uma condição econômica favorável, busca se projetar no “concerto das nações”, por meio de participações em organismos internacionais, almejando um assento no CSNU. Essa busca, encontra na África a oportunidade de exercer uma influência regional e, com isso, incrementar uma participação mais ativa no Atlântico Sul, que já denotava problemas de ilícitos transnacionais. Cabo Verde, por estar em posição estratégica de relevância fundamental para o Atlântico e devidos aos já conhecidos laços culturais, tinha os requisitos fundamentais para ser eleito como um dos parceiros prioritários no campo da defesa.

A cooperação bilateral ganhou força, com um pedido de Cabo Verde para, nos mesmos moldes do programa realizado pela MB com a Namíbia, executar um projeto que permitiria a ambos controlar, de maneira mais efetiva, o controle do tráfego marítimo e a prevenção e o combate à pirataria marítima, no Atlântico Sul.

Dessa feita, foi inaugurado um Núcleo de Missão Naval e uma Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica que implementam formação e parcerias no campo da defesa, resultando na assinatura de uma Acordo-Quadro atualizado.

Mas Cabo Verde, por pertencer ao “Atlântico Médio”, e estar em uma zona marítima muito cobiçada e de tráfego intenso, despertou o interesse de nações norte atlânticas e de países que buscam projeção mundial, como a China. Assim veremos, a seguir, como essa

presença exógena entrou no Arquipélago e pode vir a interferir nos interesses brasileiros no Atlântico, que é nosso entorno estratégico.

4 CABO VERDE E SUA RELAÇÃO COM OS PAÍSES NORTE ATLÂNTICOS, COM A CHINA E COM OS DEMAIS PAÍSES DA ÁFRICA

No que diz respeito aos objetivos deste trabalho, buscaremos agora abordar, de maneira sucinta, como se desenvolveu a política externa caboverdiana em relação aos países norte atlânticos, salientando sua dependência a Europa e sua relação com a China. Analisaremos como essas relações se expressam, em matéria de defesa, e quais são os interesses desses atores, no espaço caboverdiano e seu entorno marítimo e como isso afeta as relações exteriores de Cabo Verde com os demais países da região sul atlântica, em especial os do continente africano, pertencentes a CEDEAO.

Neste ponto, será importante destacar essa presença exógena, no Atlântico Sul, explanando os interesses desses países, que podem vir a ser conflitantes com os do Brasil.

4.1 CABO VERDE E SUA POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência, em 1975, até o ano de 1990, a política externa caboverdiana se desenvolveu num período marcado pela Guerra Fria e, posteriormente, pela queda do Muro de Berlim. Neste cenário, Cabo Verde atuou de maneira cuidadosa, buscando obter a confiança dos parceiros internacionais, que conseguissem garantir o apoio necessário a fazer frente as deficiências do Arquipélago (MADEIRA, 2016, p. 91).

Como Cabo Verde tinha grandes desafios a suplantar, entre eles a escassez de recursos naturais, a limitação territorial e o fato de estar disperso em ilhas, buscou, desde cedo, uma política externa pragmática, que cultivava a paz e a coesão social. Assim, se recusou a ficar sob a proteção da URSS, bem como não se alinhou aos EUA, não permitindo a instalação de bases militares, algo cobiçado tanto pelo Pacto de Varsóvia, como pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (MADEIRA, 2016, p. 91-92).

Essa política externa, estrategicamente implementada, angariou resultados positivos, principalmente com a Europa, onde Cabo Verde se “ancorou” desde cedo, impulsionando o

desenvolvimento caboverdiano. É importante registrar que, em 1978, Cabo Verde assina o acordo da Convenção de Lomé, marco inicial da relação com a Europa (MADEIRA, 2016, p. 92).

Com o fim da Guerra Fria, a política externa caboverdiana alinhou-se com o mundo unipolar, em que os EUA se tornaram a superpotência no plano internacional. A aposta do governo de Cabo Verde passa a ser na continuidade de uma política externa com diplomacia econômica (MADEIRA, 2016, p. 94).

A diplomacia econômica caboverdiana foi ambiciosa e efetivou-se por meio das privatizações, permitindo, assim, a inserção na economia mundial, e captando investimentos privados para o Arquipélago. Este processo de privatizações permitiu que Cabo Verde obtivesse vários apoios, tanto a nível técnico como financeiro, num processo que buscava a melhoria das condições de vida dos caboverdianos e do país, em termos políticos e em termos de infraestruturação (MADEIRA, 2016, p. 95).

Cabo Verde, então, continuou a desenvolver sua política externa de ajuda ao desenvolvimento, baseada na busca de concessão de donativos e empréstimos, apostando na cooperação, por meio de novas formas de parcerias estratégicas com países como a China e, desse modo, moldando suas relações externas. No caso da China, esta parceria teve como base o interesse chinês nas vantagens comparativas e competitivas da localização geoestratégica de Cabo Verde que, como já comentamos, se encontra no “gargalo” do Atlântico, entre a África, a Europa e as Américas (MADEIRA, 2016, p. 95).

Todo esse esforço ajudou a transmitir uma imagem de um país estável, com boas práticas de governação, com estabilidade política, que cultiva a paz e os valores democráticos, combatendo a corrupção, protegendo e respeitando os direitos humanos. Devido a essas razões, Cabo Verde foi contemplado com o programa do Governo dos EUA, em 2004, Millenium Challenge Account (MCA-Cabo Verde), destinado à execução de projetos que

visam o crescimento econômico e redução da pobreza (MADEIRA, 2016, p. 95).

E assim, a boa governança permitiu a Cabo Verde celebrar, em 2007, o acordo de Parceria Especial com a UE, que foi crucial para o seu desenvolvimento. A democracia cabo-verdiana é vista, no espectro dos países africanos, como uma das mais consolidadas, sendo o país apontado como referência exemplar entre os países africanos (MADEIRA, 2016, p. 95).

Por tudo isso, em 2008, Cabo Verde mudou da categoria de Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) para o de Países de Rendimento Médio (PRM), sempre com o “farol” da política externa cabo-verdiana, que é o de se aproximar e se ancorar em países estáveis, que são viáveis e economicamente seguros (MADEIRA, 2016, p. 95-96).

Com a crise financeira de 2008, que afetou a UE, seu principal parceiro, a situação do Arquipélago se agrava, uma vez que o país tem outros constrangimentos estruturais a superar, como é o caso da redução da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD), uma vez que Cabo Verde atingiu o PRM, e perda de taxas privilegiadas nos empréstimos concessionais. Todos esses desafios têm feito os dirigentes políticos repensar a política externa, na tentativa de criar outros modelos que promovam um país autossustentável, focando na promoção de diversas parcerias estratégicas para o desenvolvimento (MADEIRA, 2016, p. 96).

Cabo Verde também busca, por meio de uma política externa participativa, uma ideia de Nação global, com um especial cuidado para com as comunidades cabo-verdianas na diáspora⁷, que servem como um forte vínculo na integração de Cabo Verde no plano internacional. A preocupação é que essas comunidades de cabo-verdianos possam se estabelecer nos países de acolhimento, contribuindo com o país em que residem e continuem a garantir a estabilidade macroeconômica do Arquipélago, com as suas remessas financeiras

⁷ Devido à seca e em busca de melhores condições de vida, o povo cabo-verdiano, desde muito cedo começou a emigrar, formando a diáspora cabo-verdiana, que é chamada de décima primeira ilha e possui mais cidadãos fora do que dentro do país. Muitos deles enviam remessas financeiras as famílias ou investem em Cabo Verde, sendo fator primordial para a economia do Arquipélago (CARDOSO, 2011, p. 30).

que constituem um dos pilares do Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde (MADEIRA, 2016, p. 96; A NAÇÃO, 2016).

Nos dias atuais, a política externa tem se fixado na busca de investimento e da aposta em setores estratégicos que possam servir de meio de ligação entre Cabo Verde e o mundo, que são o turismo, a cultura e o *cluster*⁸ do mar. Esses setores colocam a diplomacia econômica num outro patamar e potencializam a internacionalização do mercado cabo-verdiano, buscando atrair o investimento estrangeiro e incrementar as exportações, principalmente dos recursos marinhos. Essa estratégia tenta potencializar outros mercados internacionais, como o mercado africano, o americano e preservar o tradicional mercado da UE (MADEIRA, 2016, p. 96-97).

4.2 CABO VERDE E A UNIÃO EUROPÉIA

Como já mencionamos, a Europa é o principal parceiro comercial de Cabo Verde, desde o início do país.

Quando consideramos o tema “segurança” no relacionamento de Cabo Verde com a UE, observamos questões ligadas a ameaças transfronteiriças. Como Cabo Verde tem constrangimentos de ordem financeira e está posicionado estrategicamente, o país está disposto a aceitar e convidar Nações amigas visando viabilizar sua política de defesa, mesmo que isso relativize seu exercício de soberania. Isso diz respeito ao Brasil, porque condiciona o trabalho brasileiro que está sendo realizado, neste setor, no Arquipélago (LEAL, 2018, p.55).

Quanto ao apoio dos EUA, aqui cabe a ressalva de que a UE é a grande parceira no âmbito da OTAN, fazendo com que os Estados Unidos deleguem a África Ocidental para os europeus no que concerne as tarefas mais diretas e operacionais de defesa e segurança. No

⁸ Atividades ligadas a economia marítima, que trabalham conjuntamente, como o transporte marítimo, as pescas, o turismo, o reparo de embarcações e, por fim, abarcando a segurança e a defesa, o que propiciaram a Cabo Verde, pela sua posição privilegiada, um crescimento econômico considerável (COSTA, 2015).

caso de Cabo Verde, principalmente, a cargo de Portugal e da Espanha. Posteriormente, abordaremos a Segurança Marítima na perspectiva atlântica.

A Espanha, que é vizinha de Cabo Verde devido as ilhas Canárias, é um parceiro relevante, atuando na formação militar, visando a criação, desde 2014, de uma “unidade de operações especiais” na Guarda Nacional de Cabo Verde, que é considerado o Exército caboverdiano. Aqui, é importante frisar que os Fuzileiros Navais pertencem a Guarda Nacional, não fazendo parte da Guarda Costeira. Os adestramentos foram apoiados por um navio-patrolha espanhol e ministrados pela *Fuerza de Guerra Naval Especial* espanhola, encerrando-se em 2016 (LEAL, 2018, p. 57).

Portugal mantém em Cabo Verde um programa de cooperação técnico militar, com oficial superior, atuando em Praia, junto ao chefe do Estado Maior das Forças Armadas caboverdianas, executando uma assessoria de *modus operandi* de um Estado Maior. O mesmo padrão ocorre nas Polícias Nacional e Judiciária cabo-verdianas, que contam com oficiais de ligação portugueses em seus comandos.

A visão caboverdiana a esse respeito é ambígua, com muitos descontentamentos e muitos caboverdianos questionando se não deveria ser valorizada uma parceria militar e econômica no âmbito da CEDEAO. Esse debate revê-la o quanto há de ligação do Arquipélago com sua antiga metrópole, a ponto de Cabo Verde e Portugal terem celebrado um Acordo de Cooperação Cambial (ACC), fazendo com que o escudo caboverdiano (CVE) esteja vinculado ao Euro, na razão fixa de 1 euro equivalentes a 110,265 escudos caboverdianos. Com isso Cabo Verde abriu mão de sua autonomia cambial, mantendo as condições de estabilidade macroeconômica que lhe garante uma maior integração a zona do Euro (LEAL, 2018, p. 58).

Em 2016, a Europa era a responsável por 77,6 % das importações cabo-verdianas, com

Portugal como o maior exportador, fornecendo 49,5% das importações caboverdianas e a Espanha como o maior importador, com 68,9% do total exportado por Cabo Verde. O Brasil, em termos comparativos, respondia por 7,9% do total importado por Cabo Verde, em muito pela falta da ligação marítima entre os dois países. As exportações cabo-verdianas são, tradicionalmente, de peixes, crustáceos e moluscos, bem como de conservas de peixe, correspondendo a cerca de 82,7% do total. O país importa tudo que falta, notadamente alimentos, máquinas, motores e equipamentos. No que diz respeito aos investimentos estrangeiros, concentram-se no setor de turismo e de manufaturas leves (LEAL, 2018, p. 58).

Nesse ponto, é de relevância comentar o Acordo Geral de Pescas (AGP), entre Cabo Verde e a UE. A pesca corresponde por cerca de 80% das exportações caboverdianas, que tem na Espanha seu principal comprador. O potencial pesqueiro do Arquipélago é da ordem de 26 a 33 mil toneladas/ano, contrastando com uma capacidade de captura caboverdiana, de predominância artesanal, da ordem de 4 mil toneladas/ano. O AGP entre a UE e Cabo Verde, firmado em 2011 e sucessivamente renovado em 2014 e 2016, prevê a autorização a 62 embarcações pesqueiras credenciadas, com uma estimativa de 5 mil toneladas/ano de pescados, predominantemente atum. Essa renovação do AGP, sempre foi desfavorável a Cabo Verde, com cerca de 10% do montante financeiro solicitado, com vasta repercussão na imprensa, causando desgaste para o governo e um sentimento de impotência e resquício colonialista (LEAL, 2018, p. 66).

A UE, pouco antes de renovar o AGP, havia assinado um Programa Indicativo Nacional (PIN), que concedia a Cabo Verde, 55 milhões de euros, por meio do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Mas, o grande desafio reside na capacidade de Cabo Verde fiscalizar os termos do AGP, pois com a notória carência de meios de patrulha da GCCV, torna impossível a fiscalização da ZEE caboverdiana, fazendo com que barcos pesqueiros, além do limite

acordado, capturem pescados e outras espécies que estão fora do acordo, como os tubarões, sobretudo os pesqueiros espanhóis e de outras localidades, como os chineses (LEAL, 2018, p. 67).

4.3 CABO VERDE E A CHINA

Como ocorre com o restante da África, a China tem um relacionamento com Cabo Verde dos mais significativos, apesar de não ser um dos mais densos do continente africano. A China reconheceu, diplomaticamente, Cabo Verde em 1976, cerca de um ano após sua independência. Sua presença no Arquipélago, a exemplo do que ocorre nos demais países africanos, é representada por obras de representação pública como a Assembleia Nacional, o Palácio do Governo, a Biblioteca Nacional, uma barragem de abastecimento de água na ilha de Santiago, o Estádio Nacional de esportes e complexo educativo na ilha do Sal, todos resultantes da cooperação chinesa (MACAU HUB, 2016). O embaixador da China em Cabo Verde (Praia), concedeu uma entrevista, em fevereiro de 2015, ao jornal cabo-verdiano “Expresso das Ilhas”, expressando o interesse de seu país em realizar investimentos de longo prazo (EXPRESSO DAS ILHAS, 2015). Durante o segundo semestre de 2016, ocorreu o Fórum de Macau, para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com a presença de delegação cabo-verdiana de alto nível, em que um dos assuntos tratados foi a segurança interna, com possibilidade de colaboração chinesa em Cabo Verde (LEAL, 2018, p.156; EXPRESSO DAS ILHAS, 2016).

O Fórum de Macau, apesar de não envolver a CPLP, utiliza a memória histórica da lusofonia na China e serve para a promoção de parcerias no âmbito dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau), a exceção de São Tomé e Príncipe, por sua

ligação com Taiwan⁹. Esse Fórum tem uma importância relevante, uma vez que busca fazer uma integração entre os países que o compõe e envolve o Brasil e Portugal (LEAL, 2018, p.156).

Durante o Fórum de Macau, a China anunciou o perdão da última parcela da dívida caboverdiana, no valor de 1,54 milhões de dólares, e uma doação de recursos na ordem de 15,4 milhões de dólares. Segundo anunciado pelo primeiro ministro caboverdiano, que estava presente ao Fórum, a China pretende apoiar Cabo Verde na criação de uma zona econômica especial na ilha de São Vicente, onde se localiza o porto do Mindelo, o segundo maior do país, que será ligada à economia do mar, com à criação de uma base logística para o apoio à atividade de pescas (EXPRESSO DAS ILHAS, 2016).

De forma inédita, vemos a presença chinesa no turismo de Cabo Verde, por meio de um empreendimento composto por um complexo de hotel e cassino, realizado por um empresário de Macau, orçado em 250 milhões de euros, já em fase de prontificação. Além disso, já está apalavrada a criação de um Banco Sino-Atlântico (MACAU HUB, 2018)

Em termos de defesa, a presença chinesa em Cabo Verde é bem mais discreta, provavelmente para não chamar a atenção, pelo menos neste momento, e se contrapor a forte presença econômica europeia, com seus efetivos das Forças Armadas da OTAN. É, no entanto, uma presença que se faz sentir em incremento constante. A primeira delegação militar chinesa visitou Cabo Verde em março de 2007 (GOVERNO DE CABO VERDE, 2007). Em 2009, foi firmado um memorando de entendimento sobre defesa, que foi renovado em 2012. Em 2015, Cabo Verde recebeu, à guisa de doação, dois navios-patrolha chineses, de pequeno porte (A NAÇÃO, 2015).

Podemos notar que Cabo Verde, mesmo sem ser um grande exportador de matérias primas, entra num contexto mais amplo, que é o da projeção estratégica chinesa no Atlântico e

⁹ Em 2016, São Tomé e Príncipe deixa de reconhecer Taiwan (LEAL, 2018, p. 156).

na África, onde o volume de comércio, no início da década de 2010, chegava a ser sete vezes superior ao do Brasil (PAIVA, 2015, p. 201). O importante a observar é que, à medida que essa evolução econômica no Atlântico cresça, podemos ter, no futuro, um aumento da presença militar chinesa para proteger seu comércio (LEAL, 2018, p. 157).

4.4 CABO VERDE E A CEDEAO

Cabo Verde associou-se à CEDEAO em 1976. O Comunidade tem o propósito de promover a cooperação econômica e política entre os Estados Membros. Em 1981 foi criado um Conselho de Defesa, na Conferência de Freetown. Em 1993, o Tratado de Lagos foi revisto em Cotonou, Benim, de forma a privilegiar a integração econômica do bloco, mas também passando a reconhecer formalmente ao mecanismo regional a responsabilidade por evitar e resolver conflitos em seu espaço (LEAL, 2018, p. 59).

Cabo Verde, por contrastar pela estabilidade e pelos avanços institucionais em relação a seus vizinhos, no continente africano, pode vir a lucrar em associar-se a eles, e com parceiros externos como o Brasil, EUA e UE, na resolução de assuntos de segurança e desenvolvimento, de solução difícil em âmbito bilateral apenas.

O sinal de que o país evoluiu ao reconhecer e valorizar essa injunção regional, a despeito de sua ligação preferencial com a UE, foi o fato de, reunido o Conselho Superior de Defesa Nacional de Cabo Verde (CSDN), em julho de 2016, um mês depois da 49ª Cimeira da CEDEAO em Dacar, o Presidente do país, Jorge Carlos Fonseca, anunciar o parecer favorável aos protocolos de segurança e defesa já firmados com a CEDEAO e com a União Africana, para ratificação pelo Parlamento caboverdiano. Para o presidente Fonseca, “isso implicaria uma adesão mais intensa de Cabo Verde à União Africana e à CEDEAO, e abriria a possibilidade de o país participar em forças de intervenção, manutenção da paz e outras que

forem constituídas ao abrigo das decisões das duas organizações” (LEAL, 2018, p. 60; PANAPRESS, 2016).

Aqui, cabe mencionar a entrevista concedida pelo então Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, à BBC, em 2013, com ênfase a pirataria e ao terrorismo. Mesmo sem mencionar diretamente a CEDEAO, o então Ministro ponderava acerca dos desafios de segurança marítima na África Ocidental e comentava que: “Cabo Verde é um país arquipelágico no meio do Atlântico. É do nosso interesse, além do lado de solidariedade com um país africano em desenvolvimento, membro da CPLP, evitar que haja problemas em uma região próxima do Brasil e que faz parte das nossas rotas marítimas.” (AMORIM, 2016, p. 357-367; LEAL, 2018, p. 61).

Também é digno de nota, a fala do então CEMA, Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa, em seminário realizado em Lisboa, em 2014, sobre cooperação para a segurança da África, no qual ele reforçava a importância do enquadramento regional e sub-regional, mencionando claramente a União Africana (UA) e a CEDEAO, *vis-à-vis* os interesses do Brasil (SOUSA, 2014, p. 523-538; LEAL, 2018, p. 62).

Convém destacar que os pronunciamentos do Ministro da Defesa e do CEMA ganharam eco, culminado com a abertura do NMNBCV, conforme já mencionamos anteriormente.

4.5 CABO VERDE E O AFRICOM

Como já mencionamos, os EUA delegam a UE, muitas das tarefas que dizem respeito aos assuntos de defesa e segurança na costa ocidental da África sem, contudo, deixar de estar presente por meio do AFRICOM.

Compete ao AFRICOM cooperar com Forças Armadas da África na “promoção da

segurança regional”, inclusive mediante exercícios navais conjuntos com países africanos.

Os exercícios navais promovidos pelo AFRICOM existem em quatro versões; uma mediterrânea (Phoenix Express), uma no noroeste africano (Saharan Express), outra na costa oriental (Cutlass Express) e finalmente aquela que diz respeito ao Brasil e a Cabo Verde e da qual ambos os países vêm participando: o “Obangame Express”, realizado pela primeira vez em 2009, com foco no combate à pirataria, ao tráfico e a outras ameaças marítimas. Em 2016, o “Obangame” e o “Saharan Express” foram combinados, reunindo 32 países, sendo 21 africanos, Brasil, Portugal, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Noruega, Reino Unido e Turquia. Aqui vemos que além dos países africanos e da OTAN, temos a presença do Brasil. Essa presença se dá com a participação de Navios Patrulha Oceânicos da classe *Amazonas* (LEAL, 2018, p. 132).

Quanto a Cabo Verde, que possui meios navais limitados, participa com o Navio Patrulha Guardiã, e costuma embarcar seus militares nos outros navios participantes. Mesmo ausente do Conselho do Golfo da Guiné, o país está envolvido nesta problemática regional e o conceito de operações conjuntas de segurança marítima vem ao encontro de suas expectativas e necessidades, conforme enunciadas no seu Conceito Estratégico (LEAL, 2018, p. 132).

As ameaças que vêm do mar sempre fazem parte de uma política de defesa de um país arquipelágico. Nesse sentido, o atual Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de caboverdiano, Major-General Anildo Morais, mencionava, em dezembro de 2016, a necessidade de uma “importância maior à Guarda Costeira”, levando em conta a posição geoestratégica e também a grande extensão da zona econômica exclusiva caboverdiana. No mesmo diapasão, o Ministro da Defesa caboverdiano, Luis Filipe Tavares, associava à necessidade de “Forças Armadas Operacionais” visando garantir a soberania do país (SAPO 24, 2016; LEAL, 2018, p. 132).

É digno de nota que Cabo Verde acolheu a Conferência *África Endeavor*, entre 30 de

julho a 3 de agosto de 2018, organizada pelo AFRICOM e o Ministério da Defesa de Cabo Verde, com a presença de 40 países africanos, CEDEAO, União Africana, União Europeia e OTAN. Este evento proporciona a discussão de temas como à Segurança Cibernética e os relacionados as Comunicações Marítimas e Terrestres. Em pronunciamento feito pelo Comandante Adjunto do AFRICOM, comandante Laskaris, este exercício constitui uma oportunidade para os militares norte-americanas trabalharem a sua capacidade de operar com parceiros africanos, essenciais, neste tipo de exercício. Comentou, ainda, seu diálogo com o primeiro-ministro caboverdiano, Ulisses Correia e Silva, no qual ele foi enfático em mencionar que uma das suas grandes preocupações e das pessoas de Cabo Verde é a segurança da zona marítima em particular e a parceria promovida com outros parceiros, como Espanha, Portugal, Brasil e Estados Unidos, e que visa combater todo o tipo de tráfico de drogas, armas ou seres humanos (AFRICA 21, 2018).

4.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Aqui podemos verificar como Cabo Verde, com sua escassez de recursos naturais e dificuldades de toda ordem, conseguiu levar a termo uma política externa arrojada, num período mundial conturbado como o da Guerra Fria.

A “ancoragem” com a Europa, desde cedo, em detrimento a Rússia, que apoiou sua independência e aos EUA, que buscavam conter o comunismo no entorno Atlântico, se mostrou das mais assertivas, propiciando ao Arquipélago uma relativa autonomia, até o final desse período.

Após a Guerra Fria, a diplomacia caboverdiana foi ambiciosa, buscando o desenvolvimento e as parcerias vantajosas, baseadas na boa governança e investimentos privilegiando a educação. Com isso Cabo Verde acendeu a País de Rendimento Médio

(PRM), sendo um dos exemplos da África.

Contudo, a riqueza da ZEE caboverdiana, aliada a sua posição geoestratégica atlântica, fez com que essas parcerias buscassem benefícios, principalmente por meio da pesca, como faz a UE e a China, com acordos desfavoráveis ao país. Nisso, Cabo Verde buscou um contraponto nas parcerias com o Brasil e com a CEDEAO.

Cabo Verde, ciente das dificuldades geradas pelos ilícitos que ocorrem no Atlântico Sul, como tráfico, pirataria e riscos aos linhas marítimas, buscou parcerias militares e procurou, nos acordos, tentar um controle mais efetivo de sua ZEE, aprimorando a formação dos seus militares.

De todas as parcerias comerciais que tentam beneficiar Cabo Verde e, ao mesmo tempo gerar ganhos econômicos, a China é a mais expressiva, apesar de não contar com a identificação cultural do povo caboverdiano. O Brasil, aqui, tem uma grande oportunidade, pois é bem visto e bem querido por Cabo Verde e pela África, em muito por não denotar um viés colonialista ou que busca lucro com parcerias desbalanceadas.

Na parte da parceria militar, convém ao Brasil buscar intensificar sua participação em Cabo Verde, que pode facilitar uma futura projeção na África, principalmente na zona do Golfo da Guiné, palco de ilícitos transnacionais variados. Isso pode ser feito utilizando parceiros da OTAN, que sabem que o Brasil tem facilidade de entrada no continente africano e que contribuiria com a segurança e controle do Atlântico Sul, além de propiciar um conhecimento mais profunda da margem africana atlântica e, no futuro proteger nosso comércio marítimo que por aí passa, bem como mostrar aos atores exógenos presentes nossas aspirações.

5 BRASIL, CABO VERDE E O ENTORNO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO

Após a abordagem feita nos capítulos anteriores, que nos permitiu compreender a importância estratégica de Cabo Verde para a costa ocidental africana e para o Atlântico Sul, podemos inferir que a Marinha do Brasil não pode deixar de estar presente naquele país, por meio do seu poder naval, se pretende ter um controle ativo do entorno estratégico atlântico e, dessa maneira, contribuir com os interesses da política externa brasileira naquele continente.

Compreendida essa relevância, abordaremos, nesse capítulo, o relacionamento entre os dois países, que pertencem a ZOPACAS, analisando como essa parceria pode ser vantajosa para o Brasil, que pode ter que assumir, no futuro, uma postura proativa no seu entorno estratégico atlântico, fazendo, assim, frente as ameaças a seu comércio marítimo, bem como protegendo e dissuadindo intenções contrárias aos interesses brasileiros na Amazônia Azul, salvaguardando esse patrimônio as futuras gerações e robustecendo a posição do Brasil como potência marítima atlântica.

Nesse contexto, abordaremos as atuais parcerias atlânticas, com suas virtudes e constrangimentos, bem como os problemas atuais da região, como o Golfo da Guiné. A luz de pensadores marítimos consagrados como Mahan e Geoffrey Till, analisaremos qual deve ser a postura brasileira que propicie robustecer a estratégia do Brasil, com a utilização da MB, como fator diplomático e poder naval, para a garantia da soberania brasileira no nosso entorno atlântico.

5.1 PODER MARÍTIMO NO ATLÂNTICO SUL

Um dos mais conhecidos historiador e geopolítico dos EUA foi Alfred Mahan (1840-1914), que publicou o livro *Influência do Poder Naval na História*, expondo que o mar é o grande caminho, aberto a todos, que possibilita o livre fluxo de mercadorias e pessoas, e onde as marinhas de guerra possuem a tarefa de assegurar a proteção do transporte marítimo. Segundo ele, o poder marítimo refere-se ao uso do mar, considerando suas dimensões comercial, econômica, naval e militar (ALMEIDA SILVA, 2014, p.200; LEAL, 2018, p.25).

Mahan pensa em pontos fundamentais para o exercício do poder marítimo, sendo elemento decisivo para a afirmação da identidade nacional. São eles: a posição geográfica do país; sua configuração física; sua extensão; caráter do seu povo; parte desse povo envolvida em assuntos marítimos; e caráter do governo (MAHAN *apud* LEAL, 2018, p. 25).

Se analisarmos alguns desses pontos, verificaremos que a posição geográfica que Mahan se refere, diz respeito as rotas marítimas, considerando os territórios de outros estados, com a possibilidade de implantação de bases úteis à integração econômica, por onde passam essas rotas. Já o caráter e a parte da população envolvida com as atividades marítimas regulam o potencial de manutenção de uma força naval, algo que deve ser mantido em tempos de paz. Nestes aspectos, Mahan pregava o convencimento interno dos Estados Unidos para a importância de uma mentalidade marítima, pois entendia que o desenvolvimento de um poder marítimo faria dos EUA sucessores geopolíticos dos Britânicos (LEAL, 2018, p. 26).

E um dos pontos de grande importância diz respeito ao caráter do governo, que está relacionado a capacidade de buscar manter objetivos de longo prazo, de forma ordenada e sem soluções de continuidade. Nesse pensamento, toma importância os investimentos militares em tempo de paz, com maior ou menor amplitude, mas de maneira ininterrupta, buscando atingir objetivos estratégicos (LEAL, 2018, p. 26).

Esses seis pontos somados formam as condições básicas para a construção de um

poder marítimo possuidor de uma força naval perene¹⁰.

Se analisarmos o objetivo da tese em lide, notamos que esse arcabouço de ideias mahanianas nem sempre fazem parte do pensamento estratégico que recorre o Brasil, quando pensa na dimensão africana em relação ao Atlântico Sul. Mas é importante considerar as teses de Mahan quando enquadrarmos a cooperação militar brasileira com países como Cabo Verde, numa moldura mais ampla de projeção do Brasil, dentro de um esforço amplo e estruturante de uma cooperação sul-sul (CSS). Esses pensamentos de Mahan clarificam a ideia de uma projeção marítima e, complementados por Geoffrey Till¹¹, condicionam a percepção estratégica não só da Marinha dos EUA, como da MB, bem como de muitas outras marinhas que buscam se projetar nos seus entornos, como vemos, recentemente, a tentativa da China (LEAL, 2018, p. 23-27).

Ainda nesse contexto, ao analisarmos os pontos de Mahan para a realidade brasileira, na estratégia de projeção atlântica, com escopo na relação com Cabo Verde, podemos listá-los da seguinte forma: a) a posição geográfica, que no caso brasileiro é a fronteira à costa ocidental africana, no saliente nordestino do continente sul-americano, posicionado na área de estrangulamento do Atlântico, na linha Natal-Dacar e, portanto, na antessala das potências norte atlânticas (CASTRO, 1999, p.108); b) a configuração física da nossa costa, onde se pretende criar uma base naval que comporte uma esquadra, na região Norte,¹² em latitude próxima do arquipélago de Cabo Verde, que viabilizaria uma melhor defesa da região amazônica e do início norte da Amazônia Azul; c) a considerável extensão da costa brasileira, exigindo um pensamento estratégico de um entorno que abarca à costa ocidental africana, em que Cabo Verde se situa no limite setentrional do Atlântico Sul; d) o caráter do povo, que tem

¹⁰ Após isso, os historiadores estratégicos atuais, Geoffrey Till e Eric Grove incorporaram a economia e a tecnologia ao arcabouço de Mahan, relativizando, em parte, a importância de elementos como caráter da população e conformação física (LEAL, 2018, p. 26).

¹¹ O historiador britânico Geoffrey Till (*1945) é considerado, atualmente, um dos principais pensadores sobre o sentido do poder naval (LEAL, 2018, p.23).

¹² O local previsto para a sede da segunda esquadra será a São Luís do Maranhão, cujo área reúne condições ideais para o projeto (LEAL FERREIRA, 2015).

uma natural vocação marítima, fruto da riqueza do extenso litoral brasileiro, pela magnitude do comércio exterior por meio dele praticado e pela relevante concentração de recursos da Amazônia Azul, que fazem ser incontestável a importância estratégica do Atlântico Sul; e) parte da população brasileira envolta em assuntos marítimos, denota o esforço de promover uma indústria naval e portuária que robusteça uma economia marítima, envolvendo parcela significativa da população do país; e f) o caráter do governo brasileiro, que promova, em horizonte temporal mais amplo, o desenvolvimento de uma marinha forte e bem aparelhada, capaz de agir, em função dos interesses nacionais, com vistas a defesa da soberania, promovendo o desenvolvimento do Brasil (LEAL, 2018, p.27).

5.2 COOPERAÇÃO SUL-ATLÂNTICA NO PLANO MULTILATERAL

Durante o período final da Guerra Fria, houve um esforço para aumentar as alianças cooperativas entre os países que partilhavam dos mesmos interesses ou estavam ligados por oceanos comuns. Assim, foi criada a ZOPACAS em 1986, que foi uma iniciativa brasileira. Os objetivos principais da ZOPACAS eram, neutralizar a iniciativa do regime sul-africano do *apartheid* e estabelecer uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, que contivesse o comunismo e blindasse a região dos interesses de países extrarregionais, como dos EUA, procurando garantir a desmilitarização da região (ABDENUR e MARCONDES, 2014, p.229).

Com o fim da Guerra Fria e a queda do *apartheid*, a ZOPACAS teve sua importância reduzida, voltando a ter destaque a partir de 2007, por ocasião da VI Conferência Ministerial da ZOPACAS, em Luanda. Com uma nova agenda voltada para o âmbito social que incluía a erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, pesquisas marinhas e combate a pirataria e ao tráfico de drogas e armas na região. Também reiterou a prevenção de conflitos,

com a busca da paz e estabilidade, enfatizando, por fim, a importância ambiental do Atlântico Sul, enquanto zona rica em biodiversidade (ABDENUR e MARCONDES, 2014, p. 230).

Nos dias de hoje, a ZOPACAS está estruturada na preservação dos direitos soberanos dos Estados da região atlântica, com vista ao aproveitamento dos recursos marítimos do Atlântico Sul. No encontro ocorrido em Montevideu, em janeiro de 2013, o Ministro Celso Amorim destacou a união dos países participantes em torno do Atlântico Sul, reiterando que ela não é uma aliança militar e sim uma iniciativa baseada na ideia de promoção da paz e cooperação entre os países do entorno do Atlântico Sul. Mas, durante sua fala, transpareceu um ponto crucial para compreender a dimensão do processo de construção de uma identidade sul atlântica, que se baseia na construção paralela de novas ameaças, enfatizando a cobiça de países exógenos na região. O desfecho do discurso deixa claro esse posicionamento: “cooperando entre nós, também estaremos dissuadindo terceiros de interferirem nos nossos assuntos” (BRASIL, 2013; ABDENUR e MARCONDES, 2014, p. 230).

No âmbito da CPLP, existem uma importância crescente dos assuntos de defesa. Apesar de ela ter nascido como enfoque de difundir a língua portuguesa, propaga a ideia de que os oceanos são elementos de integração entre as civilizações. Dos nove países participantes, seis deles tem no Atlântico Sul sua ligação. Na CPLP, o mar é um dos pilares estratégicos que unem os Estados-membros (ABDENUR e MARCONDES, 2014, p. 230).

Destaca-se que um dos temas principais durante o III Simpósio das Marinhas da CPLP, ocorrido em 2012, no Rio de Janeiro, foi a questão do combate à pirataria no Golfo da Guiné, tendo as Marinhas de Portugal e do Brasil oferecido assistência às Marinhas de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau para combate a pirataria na região. Esses oferecimentos geraram a participação da MB e do MD na realização e auxílio a execução dos exercícios “Felino”, no âmbito exclusivo da CPLP, e na participação da MB nos exercícios “Obangame” com marinhas da região e da OTAN (ABDENUR e MARCONDES, 2014, p. 231-232).

Existem outras iniciativas de cooperação na região, como a Cúpula América do Sul-África, que podem vir a ter relevância no futuro, pois tendem a estreitar os laços entre parceiros estratégicos que tem no Atlântico Sul sua principal via comercial.

Fato é que uma zona de paz e cooperação não nasce do acaso, mas implica num esforço comum em benefício de integração, que produz segurança e senso de compartilhamento. Essa integração pode ter matizes comercial, cultural, e também econômica, que normalmente se associam à estabilidade política. São notórias a sua importância e o mérito do que se vem buscando fazer conjuntamente neste sentido, dos dois lados Atlântico Sul. Sendo assim, algo que compete aos países do entorno atlântico, aí incluído o Brasil, seguir construindo (LEAL, 2018, APÊNDICE A).

5.3 PODER NAVAL E DIPLOMACIA

Desde de que se tem em conta a política internacional, a face sorridente da diplomacia e a mão cerrada do poder militar sempre andaram juntas, para atingir os objetivos dos Estados. Por detrás da diplomacia sempre existirá a possibilidade de se recorrer ao uso da força. Mas os militares também são “agentes diplomáticos” na busca de objetivos que não utilizem o uso coercitivo da força (ALMEIDA SILVA, 2015, p. 181).

Essa relação mostra que a marinha, na sua razão de ser, é a força armada mais qualificada a apoiar a diplomacia. Sua utilização independe de conflitos e contribui para evitá-los. Em tempo de paz, as marinhas podem circular com liberdade pelos mares, realizando operações navais nos seus mares e operações limitadas nas águas territoriais da países hostis. Já em tempos de crise, elas podem realizar operações de caráter preventivo, algo que é de difícil execução para as forças terrestres e aéreas (TILL, 2009, p. 256). Essa habilidade do poder naval, pode vir a ser utilizada, de maneira mais robusta que a empregada atualmente,

pelo Brasil, caso se entenda necessário, sempre sob a tutela da ONU. Isso explica o interesse bastante antigo e mantido por muitas potências em possuir bases ou pontos de apoio no mar, bem como viabilizar parcerias com países que proporcionem uma movimentação estratégica facilitada de forças navais. O Atlântico Sul é um bom exemplo disso, como já mencionado (LEAL, 2018, p. 180).

Nesse sentido, o Almirante Flores externava, antes da Guerra das Malvinas, que a ilha de Ascensão, que foi empregada pelos ingleses naquele conflito, e a ilha de Santa Helena, deveriam ser cuidadosamente acompanhadas pelo Brasil, conforme citou o embaixador José Viegas:

“Há que se considerar também a provável necessidade de facilidades de apoio na parte oriental do Atlântico Sul. É essencial, portanto, que cultivemos com os países da área uma amizade alicerçada na cooperação e em interesses comuns, bem como no respeito aos valores humanísticos e culturais que lhes são próprios – e que são, em parte, nossos também –, pois esse é o caminho apropriado para fundamentar o oportuno estabelecimento de laços de cooperação no campo da segurança, se e quando efetivamente necessário. Entrementes, cabe à Marinha exercer uma ação de presença naquela área, cooperando, dessa forma, para o bom relacionamento entre o Brasil e a África Atlântica” (FLORES *apud* VIEGAS, 1982, p. 110).

Dessa forma, associar segurança e defesa no Atlântico Sul pressupõe uma correta combinação de duas linhas, a técnica-operacional e a político-estratégica. O professor Ken Booth (* 1943) descreve um esquema simples para que se visualize a interrelação entre poder naval, diplomacia e poder de polícia, sendo este último associado à linha “pós-moderna”. A FIG. 4 mostra um triângulo que exprime as funções das marinhas, com referência genérica à estratégia mahaliana de poder marítimo. Ela faz lembrar, de uma forma simplificada, que o interesse de qualquer estado no mar se pauta em três objetivos: pela passagem de mercadorias e pessoas; pela passagem de forças militares que sirvam a determinados propósitos, ou que sejam empregadas contra objetivos na terra ou no mar; e pela exploração econômica de recursos no mar ou nos seus leitos submarinos (BOOTH *apud* LEAL, 2018, p.179). As marinhas são os meios para atingir estes fins (uso, exploração e proteção do mar), que se

resumem ao inscrito no coração do triângulo: o uso do mar (VIDIGAL *apud* LEAL, 2018, p.179).

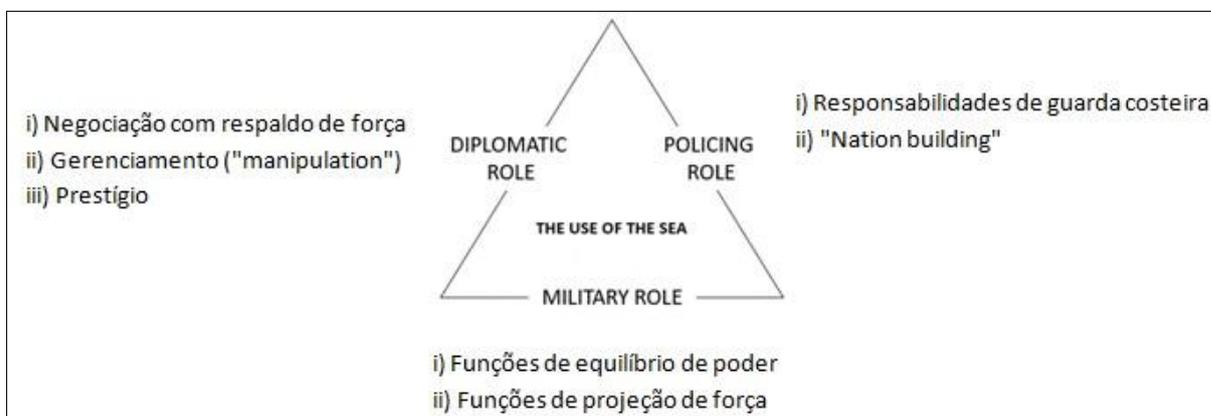


FIGURA 4 – Poder Naval, Diplomacia e Poder de Polícia
Fonte: LEAL, 2018, p. 179.

Do exposto, observa-se que a construção de bases no mar, que não necessariamente precisam ser físicas, pressupõe uma capacidade de operar em parceria, dentro de um acordo confiável, que pode-se aplicar ao caso do Brasil em relação aos demais Estados do Atlântico Sul. Pode ser por meio da obtenção de um “quadro situacional”, que se expressa na troca de informações seguras e adequadamente compartilhadas ou na “formação de coalizões” que seriam úteis na defesa de uma determinada região ou país. Essas atividades são as componentes do “espectro” da diplomacia naval, tal como mencionadas por Geoffrey Till (TILL, 2009, p. 257; LEAL, 2018, p. 181).

5.4 BRASIL, CABO VERDE E O ATLÂNTICO SUL

No Atlântico Sul e na sua história recente, os temas que envolvem segurança marítima são, ao mesmo tempo, causa das presenças e interesses extrarregionais e oportunidades para a projeção do Brasil no seu entorno sul-atlântico, ligando, como já descrito, diplomacia e poder naval. Esses temas convergem para a região do Golfo da Guiné e incluem o arquipélago de

Cabo Verde que, apesar de não estar na reentrância do Golfo propriamente, se encontra na Garganta Atlântica e se vê envolvido em sua problemática pelo simples fato de situar-se na posição em que está, com o grosso da navegação marítima passando entre o Sul e o Norte do Atlântico e em direção a leste, para a América (LEAL, 2018, p. 183).

Para o Golfo da Guiné, o Brasil tem defendido uma estratégia regional comum, de combate à pirataria e ao roubo à mão armada, conforme explicitado na Declaração de Montevideú, da ZOPACAS, já mencionada. Durante o mesmo encontro, foi mencionado que o envolvimento de atores extrarregionais, de natureza militar, não se enquadrariam com os objetivos da ZOPACAS. Naturalmente, não há como ignorar a presença, em torno de Cabo Verde e no Golfo da Guiné, de forças navais de atores extra-ZOPACAS, trazendo suas próprias doutrinas e levando para o Atlântico Sul interesses, conflitos e tensões que, atualmente, ainda são alheios a região (FIGUEIREDO E MONTEIRO *apud* LEAL, 2018, p. 189-190).

Nisso podemos notar que um cenário como o atual, com ameaças de baixa intensidade, pode transformar-se, num prazo relativamente curto e de forma inesperada, em um cenário com ameaças de alta intensidade, sem um tempo apropriado de preparação para o enfrentamento. Para exemplificar tal lógica ocorrida em passado recente, podemos mencionar o caso a ilha de Trindade, em 1890, com ocupação inglesa, as Grandes Guerras, com o afundamento de navios mercantes brasileiros, a Guerra da Lagosta, contra a França, em 1963 e mesmo a Guerra das Malvinas, em 1982, como prova cabal de que os interesses e motivações alheios à vontade de uma Nação podem surgir em momentos diversos (MONTEIRO *apud* LEAL, 2018, p. 190).

Para fazer frente a possíveis ameaças, no entorno estratégico brasileiro, se faz mister buscar implementar um Programa de Reparcelhamento da Marinha, que vise a defesa dos interesses brasileiros no Atlântico e a dissuasão eficaz, bem como consolidar as relações

bilaterais no campo da defesa, com países sul-atlânticos que pertencem a ZOPACAS e podem, no futuro, construir parcerias visando manter uma estabilidade na região. Essas relações devem ser priorizadas com países da costa ocidental africana pertencentes aos PALOP, considerando o âmbito da CPLP, que não necessariamente colidira com interesses norte-atlânticos.

Do exposto neste trabalho, verificamos que Cabo Verde, por sua posição estratégica única, no “Gargalo” do Atlântico, tem um enorme potencial como ponto de apoio aos interesses brasileiros, baseado nas relações de confiança mútua históricas e, em função de sua direção norte-atlântica, pode servir como elo para futuros arranjos de cooperação em segurança marítima envolvendo o Brasil e parceiros endógenos favoráveis, como Portugal, por exemplo.

5.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo procuramos demonstrar a fundamental importância das parcerias com países da África Ocidental para fazer frente as ameaças que já se apresentam no entorno estratégico atlântico e que podem vir a impactar nossa economia de predominância marítima. Também se notou que os interesses de Estados extraregionais sempre estiveram presentes na quadra histórica que estamos inseridos.

Grandes pensadores militares, como Mahan e, mais recentemente Geoffrey Till, deixam claro que a postura de qualquer país que busca ter uma projeção no concerto das nações deve se preocupar com seu entorno marítimo.

As parcerias no âmbito da ZOPACAS e, no contexto histórico dos países pertencentes a CPLP, devem preponderar sobre as demais por buscarem interesses recíprocos de autopreservação e controle de suas riquezas e interesses.

Nesse sentido, Cabo Verde deve receber especial atenção e destaque, como uma parceria futura de sucesso, baseada nos laços culturais que ligam os dois países. A posição estratégica do Arquipélago, encravado no “gargalo” do Atlântico, entre o Norte e o Sul, associado a ligação cultural e diplomática histórica, denota que, se buscamos ter um controle efetivo de nosso entorno estratégico, precisamos intensificar nossa cooperação e, com isso, no futuro termos condições de ampliar parcerias com outros atores que viram a intensificar os interesses numa região rica e estratégica como é o Atlântico Sul.

6 CONCLUSÃO

O Brasil atribui prioridade estratégica ao Atlântico Sul e, assim aos países da costa ocidental africana.

Com o decorrer do trabalho em lide, notamos a posição privilegiada que Cabo Verde ocupa no oceano Atlântico e como isso, no decorrer da história recente brasileira, nos ajudou na resolução de conflitos de ordem mundial.

O fato de sermos países lusófonos, com uma afinidade espontânea, ligada por fortes laços culturais, faz desse pequeno país insular um grande aliado futuro, como já demonstrou ser no passado, durante seu apoio de base aos navios da MB, por ocasião das Grandes Guerras Mundiais. Cabo Verde foi fundamental para nossa segurança e dos demais países que dependiam do Atlântico Sul, por meio de rotas comerciais.

O Brasil, por ter sido um dos primeiros países a reconhecer a independência de Cabo Verde, logrou se valer de um comércio com a África, justamente quando dependíamos do petróleo daquele continente, para superarmos uma forte crise mundial. Nessa quadra histórica, Cabo Verde teve, mais uma vez, um papel fundamental para a salvaguarda dos interesses brasileiros, atuando como “ponte” histórica com os demais países africanos.

A presença da MB na Namíbia, com um apoio de magnitude para fazer nascer um

marinha confiável, projetou o Brasil e suas FFAA no concerto dos países africanos e nos possibilitou uma forte reaproximação com as FFAA de Cabo Verde, em especial de sua Guarda Costeira, fazendo com que a MB atuasse na formação e nos exercícios de controle de área marítima conjuntamente com outras marinhas da CEDEAO.

A riqueza da ZEE caboverdiana, aliada à sua posição geoestratégica que se encontra no “gargalo” do Atlântico, faz de Cabo Verde um país que, apesar da pobreza mineral de suas terras vulcânicas, seja bastante rico em recursos marinhos e, muito próximo da ZEE brasileira.

Essa riqueza atraiu atores exógenos, principalmente norte-atlânticos e externos, como a UE e os EUA, bem como a China, que buscam fazer parcerias em busca de pesca abundante, negócios comerciais e de turismo. A China, como nos demais países da África, é a que denota maior avidez por recursos naturais de toda a ordem e passou a ser presença constante no Arquipélago.

Os ilícitos que afloram nessa região, são, em grande parte provenientes do Golfo da Guiné e, com isso, ocasionou parcerias militares em que Cabo Verde, por sua posição singular e sua gestão democrática exemplar, foi escolhido como parceiro especial.

Neste trabalho, se buscou mostrar a importância de manter e aprofundar uma parceria militar com esse país de características únicas, como a sua posição geográfica, seu laço cultural com o Brasil e que possui os mesmos interesses de Estados marítimos por vocação.

A par de podermos deduzir que no curto prazo não avistamos cenários operacionais que envolvam a MB de maneira complexa, é prudente para o Brasil cooperar com Cabo Verde e, dessa forma estreitar nossos laços militares buscando aumentar a nossa segurança marítima e assim não perdermos soberania, principalmente numa MB que busca estabelecer uma segunda esquadra bem na posição de ligação mais próxima com os países do Atlântico Norte e do continente africano, em que a distância mais curta é Cabo Verde.

A presença da MB no Arquipélago, nos propiciará acompanhar os arranjos que países

norte-atlânticos, como os demais países africanos, farão com Cabo Verde e entre si, bem como nos possibilitará acompanhar o desenrolar dessa presença exógena perante a presença chinesa na costa ocidental africana.

Fora isso, é razoável depreender, que nossa presença mostrará a todos os países aí presentes que buscamos parcerias de forma a preservar nossos interesses no nosso entorno estratégico, bem como, como marinha de guerra, não estamos alheios aos problemas de ilícitos que nascem no Golfo da Guiné e no continente sul-americano.

Reforçar a nossa singela cooperação naval com Cabo Verde, nos possibilitará, futuramente, estabelecer bases confiáveis a serem utilizadas por navios da MB que viessem a participar de ações autorizadas pela ONU no continente africano, bem como proporcionaria a nossa marinha conhecer melhor e, assim, ganhar mais *expertise* na área atlântica que compõe nosso entorno estratégico, facilitando o deslocamento de meios, caso necessário, para áreas de interesse como as do Golfo da Guiné.

Sob uma ótica mahaniana, o fato de Cabo Verde estar bem no meio do Atlântico, faz dele um parceiro natural do Brasil, sendo, um ponto de apoio por natureza e, além disso nos ajudar a construir uma parceria para o controle positivo do Atlântico Sul. Com isso, este trabalho busca propor algumas possibilidades de ações para fomentar essa cooperação, que seriam: a) aumentar a vigilância marítima, por meio de parcerias com o Centro de Operações de Segurança Marítima de Cabo Verde (COSMAR) em ligação com o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) e utilizar aeronaves P-3C da FAB; b) acompanhar e apoiar junto a ONU o pleito de Cabo Verde de extensão da sua Plataforma Continental; c) utilizar mais frequentemente os portos caboverdianos por navios da MB em trânsito para a Europa e África, mostrando bandeira e aproveitando para fazer exercícios conjuntos; d) buscar parcerias na área de Tecnologias de Informações que possam propiciar mais retorno, em termos de defesa, para nossa MB; e e) reforçar a cooperação naval no

âmbito da CPLP, com a presença de Portugal e Angola, aproveitando a ligação lusófona, que pode evitar sobreposição de esforços, além de possibilitar uma maior interação das marinhas, que tem o mesmo interesse marítimo.

As ideias aqui externadas visam apenas dar um vetor para que continuemos a estar presente num país tão importante como Cabo Verde sem, contudo, esgotar as demais possibilidades de cooperação militar-naval.

Para além de sua posição geográfica já mencionada, que direciona Cabo Verde para a segurança marítima, estando no entorno estratégico brasileiro, na diagonal entre o nordeste do Brasil e Dacar, o Arquipélago tem valor singular na conexão diplomática-militar do Atlântico Sul, pelo simples fato de ser um dos países africanos que mais tem afinidade com o Brasil. E, a maior delas é a vocação marítima, que podemos compartilhar e assim proteger, no futuro, nosso entorno estratégico e as riquezas da nossa Amazônia Azul.

REFERÊNCIAS

A NAÇÃO. *Navios Patrulha Doados pela China já chegaram ao Porto da Praia*. 04 mar. 2015. Disponível em: < <http://anacao.cv/2015/03/04/navios-patrulha-doados-pela-china-ja-chegaram-ao-porto-da-praia/> >. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. *Que Diplomacia para a Diáspora Cabo Verdiana*. 04 nov. 2016. Disponível em: < <http://anacao.cv/2016/11/04/que-diplomacia-para-a-diaspora-cabo-verdiana/> >. Acesso em: 21 jul. 2018.

ABDENUR, A.; MARCONDES, D. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, R. et al. (Org.). *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico*. Brasília: IPEA, 2014.

AFRICA21DIGITAL. *Cabo Verde irá Acolher Conferência do AFRICOM*. 06 mai. 2018. Disponível em: < <https://africa21digital.com/2018/05/06/cabo-verde-ira-acolher-conferencia-do-africom/> >. Acesso em: 28 jul. 2018.

ALMEIDA, João de. *O Porto Grande de São Vicente de Cabo Verde*. 2. ed. Lisboa: Império, 1938.

ALMEIDA SILVA, R. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, R. et al. (Org.). *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico*. Brasília: IPEA, 2014. Cap. 8, p. 199-213.

_____. A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional. In: *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 181-204, jul.-dez. 2015.

AMARAL, Ilídio do. Cabo Verde: Introdução Geográfica. In: SANTOS, M. E. M.; ALBUQUERQUE, Luís de et al. (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT ; Praia: INC, 1991. v. 1, p. 1-22.

AMORIM, C. *A Grande Estratégia do Brasil*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2016.

ARAÚJO, Johny S. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira

Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917 – 1918. In: *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.

BALENO, Ilídio C. Povoamento e Formação da Sociedade. In: SANTOS, M. E. M.; ALBUQUERQUE, Luís de *et al.* (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT; Praia: INC, 1991. v. 1, p. 125-178.

_____. Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. In: SANTOS, M. E. M. *et al.* (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT; Praia: INC, 2002. v. 3, p. 157-233.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 25 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, D.F. 2016a. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º) Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf> >. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, D.F. 2016b. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º) Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf >. Acesso em: 01 jul. 2018

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, D.F. 2016c. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º) Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf >. Acesso em: 01 jul. 2018

BRASIL, Ministério da Defesa. *Chefe do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas*. 22 mar. 2012. Ofício nº 3146/2012/SCO.4/SCAI/CAE, da Subchefia de Assuntos Internacionais ao Vice-CEMA. Ata da Reunião entre os Ministros da Defesa do Brasil e de Cabo Verde.

BRASIL, Ministério da Defesa. *Ministro de Estado da Defesa*. 12 mar. 2013. Aviso nº 35/MD, do Ministro de Estado da Defesa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Criação do “Núcleo da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde”.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Comandante da Marinha*. 12 ago. 2013. Portaria nº 444/MB, Cria o Núcleo da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado Maior da Armada. *Chefe do Estado-Maior da Armada*. 28 mar. 2012. Ofício nº 40-280, do CEMA ao Chefe do GCM, Reservado (Desclassificado).

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado Maior da Armada. *Chefe do Estado-Maior da Armada*. 06 set. 2012. Ofício nº 10-307, do CEMA ao CM, Reservado (Desclassificado).

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. *República de Cabo Verde*. 28 jun. 2018. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4899-republica-de-cabo-verde> >. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL, Ministério de Relações Exteriores. *Ministro de Estado das Relações Exteriores*. 17 jul. 2013. Aviso nº 05/MRE, do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Ministro de Estado da Defesa.

CABO VERDE ISLAND TOURS BLOG. *Entre as Américas, África e Europa encontra-se Cabo Verde*. 29 out. 2015. Disponível em: < <https://caboverdeislandtours.blogs.sapo.cv/entre-as-americas-africa-e-europa-7201> >. Acesso em: 04 mai. 2018.

CARDOSO, S. *A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde*. 104 f Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade do Minho, Braga, 2011.

COSTA, Ana Rita. Cluster do Mar pode transformar economia de Cabo Verde, diz especialista. *Logística e Transportes Hoje*. Lisboa, 12 nov. 2015. Disponível em: < <https://www.logisticaetransporteshoje.com/insights/cluster-do-mar-pode-transformar-economia-de-cabo-verde-diz-especialista/> >. Acesso em: 21 jul. 2018.

EMBAIXADA DO BRASIL EM CABO VERDE FACEBOOK. *Cabo Verde passa a ser independente*. 04 jul. 2017. Disponível em: < <https://facebook.com/brasembpraia> >. Acesso em: 18 jun. 2018.

EXPRESSO DAS ILHAS. *O Maior Desafio da Cooperação entre a China e Cabo Verde é a Diversificação*. 15 fev. 2015. Disponível em: < <https://expressodasilhas.cv/economia/2015/02/15/o-maior-desafio-da-cooperacao-entre-a-china-e-cabo-verde-e-a-diversificacao-embaixador-chines/43997> >. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Cabo Verde com a Maior Delegação de Sempre no Fórum Macau*. 06 out. 2016. Disponível em: < <https://expressodasilhas.cv/economia/2016/10/06/cabo-verde-com-a-maior-delegacao-de-sempre-no-forum-macau/50457> >. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *China Perdoa Dívida e doa Dinheiro a Cabo Verde*. 10 out. 2016. Disponível em: < <https://www.expressodasilhas.sapo.cv/economia/item/50506-china-perdoa-divida-e-doa-dinheiro-a-cabo-verde> >. Acesso em: 22 jul. 2018.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GAMA, Arthur O. Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

GOMES, Adildo S. *Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial: A Importância Geoestratégica do Arquipélago na Política Externa Portuguesa*. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

GOVERNO DE CABO VERDE. *China Reforça Cooperação com Cabo Verde no Âmbito Militar*. 23 jul. 2007. Disponível em: < <http://www.governo.cv/index.php/rss/208-china-reforca-cooperacao-com-cabo-verde-no-ambito-militar> >. Acesso em: 28 jul. 2018.

LEAL, Ricardo J. L. *Atlântico Médio, Atlântico Sul: Cooperação Brasil-Cabo Verde no Campo da Defesa*. Significado geoestratégico e exame de sua continuidade e

aperfeiçoamento. 2018. 304 f. Tese de Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco. Brasília, 2018.

LEAL FERREIRA, E. B. Entrevista. *Defesa Aérea e Naval*. 30 maio 2015. Disponível em: < <http://www.defesaaereanaval.com.br/entrevista-com-o-ae-leal-ferreira-2a-esquadra/> >. Acesso em: 04 ago. 2018.

LOPES, Carlos Alves. Cabo Verde na Grande Guerra. *Momentos de História*, Lisboa, 7. ed., 2016. Disponível em: < http://www.momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-01-marinha/001-01-09-marinha_cabo_verde.html >. Acesso em: 29 mai. 2018.

LUSA. *Jobim vê Cabo Verde como estratégia para o Atlântico Sul*. 26 mai. 2009 Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2009/05/26/ult3679u6774.jhtm> >. Acesso em: 01 jul. 2018.

MACAU HUB. *Presidente de Cabo Verde Elogia Cooperação da China*. 26 abr. 2016. Disponível em: < <https://macaohub.com.mo/pt/2016/04/26/president-of-cabo-verde-praises-chinese-cooperation/> >. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Empresário de Macau Apresenta Pedido para Constituir Banco em Cabo Verde*. 21 fev. 2018. Disponível em: < <https://macaohub.com.mo/pt/2018/02/21/pt-empresario-de-macau-apresenta-pedido-para-constituir-banco-em-cabo-verde/> >. Acesso em: 28 jul. 2018.

MADEIRA, J. P. Cabo Verde: de um “Estado Inviável” ao Pragmatismo na Política Externa. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, Bogotá, v. 11, n. 1, p. 85-101, jan.-jul. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v11n1/v11n1a05.pdf> >. Acesso em: 17 jul. 2018.

MELLO DE ALMEIDA, C. *A Presença da China na Costa Ocidental da África - o Caso da Namíbia: Implicações para o Poder Naval Brasileiro*. 2012. 154 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2012.

NEVES, Luís (Ed.). Contributos Históricos para a Independência de Cabo Verde. *Revista Nós Genti*, Praia, n. 4, 2012. Disponível em: < <http://nosgenti.com/contributos-historicos-para-a-independencia-de-cabo-verde/> >. Acesso em: 12 jun. 2018.

NICOLAU, Marcelo Costa. A Componente Histórica. In: COSTA, Darc. *et al.* (Org.). *África e a Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: CAPAX DEI, 2013. p. 47-126.

PAIVA, L. E. O Jogo do Poder na Faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional. In: GHELLER, G. et al. (Org.). *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015.

PANAPRESS. *Cabo Verde pondera adesão aos protocolos de segurança e defesa da UA e CEDEAO*. 21 jul. 2016. Disponível em: < <http://www.panapress.com/Cabo-Verde-pondera-adesao-aos-protocolos-de-seguranca-e-defesa-da-UA-e-CEDEAO---3-630486366-47-lang4-index.html> >. Acesso em: 28 jul. 2018.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. 245 p.

PODER NAVAL BLOG. *Cabo Verde e Brasil rubricam novo acordo-quadro no domínio da Defesa*. 20 out. 2016. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2016/10/20/cabo-verde-e-brasil-rubricam-novo-acordo-quadro-no-dominio-da-defesa/> >. Acesso em: 06 jul. 2018.

RTC. *Prevenção à pirataria marítima leva Brasil e Cabo Verde a reforçarem cooperação*. 01 mar. 2012. Disponível em: < http://rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=3930 >. Acesso em: 04 jul. 2018.

SAPO 24. *Governo de Cabo Verde avança com reformas nas Forças Armadas em 2017*. 30 dez. 2016. Disponível em: < http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/governo-de-cabo-verde-avanca-com-reformas-nas-forcas-armadas-em-2017_21704204.html >. Acesso em: 28 jul. 2018.

SARAIVA, J. F. S. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com África. In: CERVO, A. L. et al. (Org.). *O desafio internacional*. Brasília: UNB, 1994.

SILVA, Henrique Corrêa da. *Memórias de Guerra no Mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (Paço d'Arcos), 1931.

SILVA, António Correia e. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, M. E. M. et al. (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT; Praia: INC, 1995. v. 2, p. 1-16.

SOUSA, C. A. de. O Entorno Estratégico Brasileiro e as Perspectivas de Cooperação da MB. In: *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 523-538, jul.-dez. 2013.

TEMPONE, Victor. A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 89-102, 2014. Disponível em: < http://www.revistanavigator.com.br/navig18/art/N18_art3.pdf >. Acesso em: 29 mai. 2018.

TILL, G. *Seapower. A Guide for the Twenty-First Century*. 2nd ed. Nova York: Routledge, 2009.

VIEGAS, J. *A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África*. Tese de Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, Brasília, 1982

WIEMER, F. A Concepção Político-Estratégica e a Atuação da Marinha do Brasil. Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos da EGN em 2012. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 189-206, jul.- dez. 2012.

APÊNDICE A – Entrevista com o Ministro Conselheiro Ricardo Leal (29 jun. 2018)

Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Praia, por ocasião da transferência do Núcleo da Missão Naval Brasileira para a cidade do Mindelo.

Perguntas:

- 1 - Qual a relevância da costa ocidental da África para a atual política externa brasileira?
- 2 - Entre os princípios observados por nossa política externa, quais aqueles que norteiam de forma preponderante as nossas atuais relações com os países da costa atlântica da África, em especial os pertencentes ao PALOP?
- 3 - Qual a importância da estabilidade política e econômica dos países da costa atlântica da África para a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação?
- 4 - Com relação à vossa experiência da cooperação naval com Cabo Verde, como avalia a contribuição do poder naval à política externa brasileira? A integração com aquele país poderia ser ampliada na área militar ou em outras?
- 5 – Em relação a pergunta anterior, como avalia as atividades do Núcleo da Missão Naval Brasileira em Cabo Verde, desde sua inauguração e transferência para a cidade do Mindelo e da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica? Qual foi o ganho resultante, em vossa opinião, desta cooperação?
- 6 – Qual a percepção de Cabo Verde quanto ao Acordo Quadro de Cooperação Técnica no Domínio da Defesa com o Brasil, assinado durante vossa gestão?
- 7 - Quanto ao ambiente de segurança do Atlântico Sul, que influências pode ter a crescente presença (política, econômica e inclusive militar) de potências externas à região, como os EUA, União Europeia e China?

8 – Em relação a pergunta anterior, como esta presença pode afetar as relações entre Cabo Verde e o Brasil? Essa presença pode se constituir em óbice para a manutenção/ampliação do Acordo de Cooperação na Área de Defesa entre Brasil e Cabo Verde?

9 - É possível ampliar a atuação militar em contribuição à diplomacia brasileira na costa ocidental da África, a partir de Cabo Verde?

10 - Como a presença militar brasileira em Cabo Verde poderia incrementar, no futuro, a Segurança do Atlântico Sul, nosso entorno estratégico?

Respostas: (OBS: A pedido do entrevistado, as opiniões não necessariamente representam posições do MRE)

1 A África é uma “prioridade permanente” para o Brasil, uma “parceria natural”, como já observou o Ministro Aloysio Nunes Ferreira. Têm sido frequentes as sinalizações políticas neste sentido na Costa Ocidental, parte do entorno estratégico brasileiro. Dentre as visitas mais recentes de MRE à África, por exemplo, contam-se África do Sul, Benim, Costa do Marfim, Namíbia, Nigéria, Gana e São Tomé e Príncipe (todas em 2017), além de Angola em fevereiro de 2018 e Cabo Verde em maio de 2016.

2. Historicamente e de maneira muito associada a Rio-Branco, o Brasil se projeta como país satisfeito com seu território, em paz com os vizinhos e construtivamente empenhado, enquanto força de equilíbrio, na criação de um ambiente regional de segurança. Tudo isto se aplica aos nossos vizinhos da costa ocidental da África, onde no caso dos PALOP as parcerias são reforçadas pela comum herança geo-histórica. Preponderam, portanto, muitos princípios que convergem; e essa convergência passa por compartilhamentos nas áreas cultural, comercial, de cooperação técnica e de segurança e defesa.

3. Uma zona de paz e cooperação não nasce do acaso, mas pressupõe e implica esforço comum em benefício de integração, que gera segurança e senso de compartilhamento. Essa integração tem vertentes comercial, simbólica ou cultural, e também econômica em sentido lato – que normalmente se associa à estabilidade política. São evidentes a sua importância e o mérito do que se vem buscando fazer conjuntamente neste sentido, dos dois lados deste “rio chamado Atlântico”. É algo que compete aos países do Atlântico Sul – Brasil naturalmente incluído – seguir construindo.

4. No caso da costa ocidental africana de maneira ampla, essa contribuição é fundamental. Além de seus papéis mais facilmente reconhecíveis, nos campos da defesa e da segurança “stricto sensu”, o poder naval sempre foi um instrumento eficaz de política externa, como aliás recorda a própria Doutrina Básica da Marinha. Em Cabo Verde especificamente, penso que existe mútuo interesse em maior integração – para usar sua palavra -, não somente em campos como o comercial, o cultural e o de cooperação técnica, mas com certeza também em defesa e segurança. Áreas que vêm à mente neste sentido são as de cooperação em oceanografia e ciências ligadas à economia oceânica; cooperação nas áreas policial e de inteligência; tecnologia da informação de interesse da defesa; capacitação e treinamento de militares; e de maneira geral o que concerne substantivamente ao campo da segurança e defesa, considerando a relativa proximidade entre o Arquipélago e o Golfo da Guiné.

5. Compartilho sinceramente a avaliação dos dois Chefes que tive no posto: seja a Adidância, seja o NMNBCV – ambos associados na origem a sua missão na Praia – contribuem da

melhor maneira para sinalizar e reforçar presença do Brasil, em país que a acolhe sempre com manifestações de apreço. Trata-se de presença de comum interesse, que até agora vem permitindo algo intangível, mas de valor inestimável: a sustentação de um clima de confiança em área sensível e estratégica para os dois países. Em termos operacionais, essa presença vem sendo traduzida, por exemplo, em treinamento e adestramento de oficiais e praças, em exercícios conjuntos – inclusive no âmbito da CPLP -, ou no compartilhamento de experiências no campo da segurança marítima. É um começo: talvez o principal ganho de 2013 para cá seja esse ambiente muito positivo, construído sobre bases operacionais concretas, e que viabiliza cenários de adensamento da cooperação em defesa e segurança.

6. Naturalmente, não posso falar pelos amigos cabo-verdianos – mas tive oportunidade de acompanhar as tratativas que resultaram nesse Acordo Quadro de 2016. Arriscaria dizer que ele “per se” indica o interesse mútuo em adensamento de cooperação. Ao substituir o entendimento anterior, de 1994, e tendo sido assinado na Praia pelo então Sr. MD Raul Jungmann, essa indicação vem ao encontro da necessidade brasileira e cabo-verdiana de trabalhar de maneira convergente na matéria – em cuja moldura mais ampla se encaixam questões muito concretas; por exemplo e não exclusivamente, o equacionamento de demandas de segurança na região do Golfo da Guiné.

7. Como o Sr. observa, é uma presença que se coloca de maneira crescente, ainda que em função de motivos diversos, por parte de potências extrarregionais diversas. Para o Brasil, seguem substantivamente válidos os princípios que nortearam a criação em 1986 da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS (Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, AGNU). De maneira geral, esses princípios são os que orientam a Política Nacional de Defesa no que concerne à porção sul-atlântica de nosso entorno estratégico. O contexto regional é que já não é o mesmo em 2018. Dois dos principais pontos de diferença com relação aos anos 1980 estão no ganho de importância de temas ligados a energia, e daqueles associados a ameaças de caráter transnacional, como terrorismo e pirataria. Ambos têm suscitado iniciativas que remontam a parceiros extrarregionais, norte-atlânticos sobretudo, mas não apenas. Ao Brasil competirá seguir trabalhando neste contexto mais recente, no sentido de traduzir em iniciativas concretas o seu compromisso com a paz e a segurança, que compartilha com os países sul-atlânticos. O modo como se traduzirão essas iniciativas na atual quadra histórica privilegiará a perspectiva regional, como é de nosso interesse e dos países sul-atlânticos da costa ocidental da África.

8. Como o Sr. conhece bem, e como é frequentemente reiterado por autoridades cabo-verdianas, questões de segurança marítima constituem uma prioridade para o Arquipélago. Por força da associação nos últimos anos entre tais questões e outras que são prioritárias para potências extrarregionais, mesmo em âmbito estritamente africano a construção de arquiteturas de segurança passa por um equacionamento que é sempre de interesse natural do Brasil, mas que ultimamente tem motivado também países de fora do espaço sul-atlântico. É o caso dos Estados Unidos, e sobretudo de diversos europeus, a exemplo de Espanha, França (esta inclusive com presença naval significativa) e Portugal. Esse envolvimento extrarregional – sobretudo o que tem por foco a região do Golfo da Guiné, aqui entendida “lato sensu” – vem merecendo acolhida em diversos países da costa ocidental, Cabo Verde inclusive. O adensamento da presença de potências extrarregionais na área de segurança e defesa – não necessariamente com interesses colidentes com os do Brasil – se torna, portanto, um dos elementos a serem considerados na montagem de qualquer soma vetorial que associe Brasília e Praia no domínio da defesa. Não é somente no plano político que esta soma se aplica. Há toda uma gama de questões a serem levadas em conta, e que incidem direta ou indiretamente sobre aquele plano: desde doutrinas operacionais e compartilhamento de inteligência, até

orientação estratégica de emprego de FFAA. À luz desse quadro, penso que se tornam ainda mais interessantes as perspectivas abertas para a manutenção e o desenvolvimento do que se prevê no Acordo bilateral de Defesa, de 2016. A presença extrarregional não tem nenhum motivo para constituir um óbice “per se”. No que concerne a Brasil e a Cabo Verde, representa de toda forma um elemento adicional a ser equacionado, em benefício do comum interesse regional, sul-atlântico.

9. Penso que sim. O país é historicamente um importante parceiro do Brasil na cooperação técnica – um dos mais relevantes na África, com uma capacidade de absorção de métodos e de meios facilitada pela grande afinidade cultural, pela estabilidade política e econômica, e pelo compartilhamento com o Brasil de interesses e desafios em diversos campos. Faz parte da CEDEAO (a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) e de vários mecanismos multilaterais de âmbito regional – além de ter muito interesse na CPLP e natural afinidade com os PALOP vizinhos. Nos moldes de outras experiências bem sucedidas de cooperação Brasil - Cabo Verde e que já se encontram em vias de compartilhamento na África - por exemplo, nas áreas de saúde e administração pública, envolvendo capacitação a partir do Arquipélago -, também no campo da defesa e da cooperação militar há potencial para ampliar presença. Potencial a ser politicamente avaliado e aproveitado quando for oportuno, em benefício da construção de um espaço de segurança regional de comum interesse.

10. Como o Sr. conhece bem, a segurança do Atlântico Sul – espaço natural de cooperação do Brasil com a costa ocidental africana – é essencial à própria segurança do País. Cabo Verde situa-se não apenas no setentrião do nosso entorno estratégico sul-atlântico, mas na zona de soldadura entre o saliente nordestino e a costa senegalesa – o chamado “gargalo atlântico”, por onde circula parte substantiva do tráfego marítimo de interesse nacional. Um espaço de segurança é, porém, algo que se constrói. Nessa construção – que passa pela presença diplomática e militar regional de todos os interessados, e integra um amplo acervo de iniciativas nos campos comercial, cultural e econômico -, me parece que o Arquipélago tem especial valor. Articular com Cabo Verde iniciativas nos campos diplomático e militar é algo que já se faz, de saída, sobre uma base de confiança mútua, decorrente de afinidades, quase diria, espontâneas em todos os níveis. Em plano conjuntural, por exemplo, essa articulação não deixaria talvez de ter interesse no contexto da montagem, já em curso, de arquitetura de segurança em torno do Golfo da Guiné. Em plano mais extenso e pensando segurança em sentido lato, a sustentação dessa base de confiança entre Brasil e Cabo Verde no âmbito militar pode reverter, em sua escala, em benefício de toda a região, e talvez especialmente no que concerne aos PALOP e a países da CEDEAO.

ANEXO A – Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar de 1994

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO DOMÍNIO MILITAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cabo Verde,

Animados pelo desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre os dois países;

Decididos a desenvolver e a facilitar as relações de cooperação;

Considerando os propósitos expressos no Tratado de Amizade e Cooperação, de 7 de fevereiro de 1979, e no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 28 de abril de 1977;

Decidem, numa base de plena independência, respeito pela soberania, não-ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de interesses, concluir o seguinte Acordo:

ARTIGO I

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, adiante designados Partes, comprometem-se, na medida de suas possibilidades, em regime de reciprocidade e quando para tanto solicitados, à prestação mútua de cooperação técnica no domínio militar.

ARTIGO II

1.A cooperação técnica no domínio militar compreenderá ações de formação de pessoal, fornecimento de material e prestação de serviços.

2.Os termos da cooperação a desenvolver-se em qualquer das modalidades previstas poderão ser objeto de regulamentação própria por Protocolo Adicional.

ARTIGO II

As ações de cooperação previstas no presente Acordo integrar-se-ão em programas de cooperação cujo âmbito, objetivo e responsabilidades de execução serão definidos, caso a caso, pelos serviços ou organismos designados como competentes pela legislação de cada Parte.

ARTIGO IV

1.Nos casos em que a execução das ações de cooperação previstas no presente Acordo exija o deslocamento de pessoal para tratar de assunto específico, a Parte solicitada para prestar e coordenar as referidas ações poderá enviar, para o território da Parte solicitante, uma missão cuja permanência, entretanto, será por tempo determinado e em caráter transitório.

2.A Parte solicitante assegurará ao pessoal integrante da missão acima referida hospedagem, transporte (quando em viagem a serviço no interior do país) e assistência médico-hospitalar.

ARTIGO V

1.O pessoal de uma das Partes que freqüente cursos ou estágios em unidades ou estabelecimentos militares da outra Parte ficará sujeito a um regime jurídico que definirá, nomeadamente, as condições de freqüência dos referidos cursos ou estágios e as normas a que ficará sujeito.

2.O regime jurídico referido no número anterior será definido pelas competentes autoridades de cada Parte, dele devendo ser obrigatoriamente dado conhecimento à outra Parte por meio da troca de Notas diplomáticas.

ARTIGO VI

Com o objetivo de implementar as disposições do presente Acordo e assegurar a sua realização nas melhores condições, será constituída uma Comissão Mista paritária que se reunirá alternadamente no Brasil e em Cabo Verde, devendo as suas reuniões, na medida do possível, coincidir com as da Comissão Mista previstas no Tratado de Amizade e Cooperação, de 7 de fevereiro de 1979.

ARTIGO VII

Para execução do presente Acordo, a Parte brasileira concederá, na medida das suas possibilidades, bolsas para formação profissional e estágios, bem como procurará implementar outras formas de apoio ao desenvolvimento dessas ações de formação.

ARTIGO VIII

1.Constitui encargo da Parte solicitante, nas condições que, para efeito de liquidação, vierem a ser estabelecidas, por mútuo acordo, o custo do material fornecido pela Parte solicitada.

2.O deslocamento de instrutores, de técnicos para prestação de serviço e de pessoal para frequentar cursos ou estágios, de uma Parte para o território da outra Parte, no âmbito do presente

Acordo, será efetuado nos seguintes termos:

a) a Parte que envia custeará as passagens de ida e de regresso;

b) serão da responsabilidade da Parte que recebe, todos os encargos inerentes à hospedagem, ao transporte quando em viagem a serviço no interior do país e à assistência médico-hospitalar;

c) a provisão de alimentação e de estipêndio será definida caso a caso.

ARTIGO IX

1.O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades exigidas pela ordem jurídica de cada uma das Partes e será válido por um período de três anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, salvo denúncia de uma das Partes por escrito, com antecedência de pelo menos 180 (cento e oitenta) dias antes de sua expiração.

2.As Partes reservam-se o direito de suspender a execução, no todo ou em parte, do disposto no presente Acordo, ou, independentemente de qualquer aviso, proceder a sua denúncia parcial ou total, se sobrevier modificação substancial das condições existentes à data da assinatura, que seja de molde a pôr em causa a continuidade da cooperação nele prevista.

3. A suspensão da execução ou a denúncia nos termos referidos no número anterior, as quais deverão ser objeto de notificação escrita à outra Parte, não serão consideradas atos inamistosos e delas não resultará, para a Parte que exerceu esse direito, qualquer responsabilidade perante a outra Parte.

ARTIGO X

As Partes signatárias obrigam-se a resolver, com espírito de amizade e compreensão mútua, qualquer dúvida relacionada com a interpretação ou aplicação deste Acordo.

Feito em Praia, em 21 de dezembro de 1994 , em dois exemplares originais, em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira
Embaixador da República Federativa
do Brasil em Cabo Verde

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE CABO VERDE

Major Antero Matos, Diretor do
Gabinete de Estudos e
Planejamento do Ministério
da Defesa Nacional

ANEXO B – Acordo-Quadro Bilateral de Cooperação em Matéria de Defesa de 2016**ACORDO-QUADRO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPÚBLICA DE CABO VERDE SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA**

A República Federativa do Brasil

e

A República de Cabo Verde
(doravante denominadas “Partes”),

Considerando os propósitos no Tratado de Amizade e Cooperação, de 7 de fevereiro de 1979, e no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 28 de abril de 1977;

Compartilhando o entendimento de que a cooperação mútua no campo da defesa contribuirá para melhorar as relações bilaterais entre as Partes;

Buscando contribuir para a paz e a prosperidade internacional;

Desejando desenvolver e fortalecer várias formas de cooperação entre as Partes;

Acordam o seguinte:

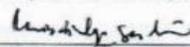
Artigo 1º
Âmbito

As Partes cooperarão baseadas nos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse comum, respeitando as respectivas legislações nacionais e as obrigações de direito internacional assumidas pelas Partes.

Artigo 2º
Objetivo

As Partes comprometem-se a:

- a) promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico e de aquisição de produtos e serviços de defesa;



- b) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas em operações das Forças Armadas, incluindo operações internacionais de manutenção da paz, bem como em uso de equipamento militar nacional e estrangeiro;
- c) compartilhar experiências nas áreas de ciência e tecnologia de defesa;
- d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares conjuntos, assim como intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos;
- e) colaborar em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no campo da defesa;
- f) cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum.

Artigo 3º

Áreas de cooperação

A cooperação entre as Partes, em assuntos relativos à defesa, poderá incluir, entre outras áreas, as seguintes:

- a) visitas mútuas de delegações de alto nível e reuniões de representantes de instituições de defesa equivalentes, assim como de navios e aeronaves militares;
- b) intercâmbio de instrutores, bem como de alunos de instituições militares de ensino;
- c) participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências, debates e simpósios em instituições das Partes;
- d) cooperação relacionada com equipamentos e serviços relativos à área de defesa, em consonância com a legislação nacional do Estado das Partes;
- e) outras formas de cooperação que possam ser de interesse mútuo das Partes.

Artigo 4º

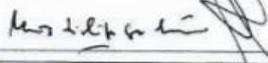
Garantias

Na execução das atividades de cooperação realizadas no âmbito deste Acordo, as Partes obrigam-se a respeitar os princípios e propósitos relevantes da Carta das Nações Unidas, incluindo os de igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territoriais e não intervenção em assuntos internos de outros Estados, assim como os princípios e os propósitos de direitos humanos e de direito humanitário.

Artigo 5º

Responsabilidades Financeiras

1. Cada Parte será responsável por todas as despesas contraídas com o seu pessoal no cumprimento das atividades oficiais no âmbito do presente Acordo, salvo acordado de outra forma.



2. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros das Partes.

Artigo 6º
Comissão Bilateral

1. As Partes estabelecerão uma Comissão Bilateral com a finalidade de coordenar as atividades de cooperação no âmbito deste Acordo.
2. A Comissão Bilateral será constituída por representantes do Ministério da Defesa e das Forças Armadas das Partes, bem como de outras instituições que poderão ser envolvidas pelas Partes, quando apropriado.
3. O local e a data para a realização das reuniões da Comissão Bilateral serão definidos em comum acordo entre as Partes.

Artigo 7º
Proteção de Informação Classificada

1. Os procedimentos para intercâmbio, bem como as condições e as medidas para proteger informação classificada das Partes durante a execução do presente Acordo, serão tratados e salvaguardados de acordo com as legislações e regulações nacionais das Partes.
2. As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes quanto à segurança e proteção de informações classificadas continuarão aplicáveis após o término do presente Acordo.

Artigo 8º
Protocolos Complementares

1. Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser celebrados por escrito pelas Partes, por via diplomática, e farão parte integrante do presente Acordo.
2. Os Protocolos Complementares entrarão em vigor na data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual uma parte informa a outra de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para sua entrada em vigor.

Artigo 9º
Mecanismos de Implementação

Mecanismos de Implementação para programas e atividades específicas ao amparo do presente Acordo poderão ser desenvolvidos pelo Ministério da Defesa das Partes e terão de estar restritos aos temas acordados e terão de ser consistentes com as respectivas leis.

Antônio Carlos de Almeida 

Artigo 10º

Emendas

1. O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento entre as Partes, por escrito e por via diplomática.
2. As emendas entrarão em vigor na data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual uma parte informa a outra de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para sua entrada em vigor.

Artigo 11º

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia relacionada a uma atividade específica de cooperação no âmbito do presente Acordo será resolvida por meio de consultas e negociações diretas entre os próprios participantes da atividade em questão.
2. Caso a controvérsia não seja resolvida nos termos do parágrafo 1, essa será submetida para resolução por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 12º

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias após a data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual uma parte informa a outra de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para sua entrada em vigor.

Artigo 13º

Término

1. Qualquer Parte pode, a qualquer momento, notificar a outra, por escrito e por via diplomática, de sua decisão de denunciar o presente Acordo.
2. A denúncia produzirá efeito noventa (90) dias após o recebimento da respectiva notificação e não afetará programas e atividades em curso ao amparo do presente Acordo, a menos que as Partes decidam de outro modo.

Manoel de Sá



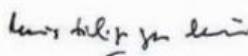
Artigo 14º

Este Acordo substitui o Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Cabo Verde, assinado na Praia, em 21 de dezembro de 1994.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo em dois exemplares em português.

Feito em *Praia*, em *20* de *outubro* de 2016.


PELA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELA REPÚBLICA
DE CABO VERDE